



Alcance global
Conhecimento local

ÍNDICE GLOBAL DE COMPLEXIDADE CORPORATIVA 2023



Camadas de complexidade:
os desafios do compliance corporativo internacional



A décima edição do Índice Global de Complexidade Corporativa marca uma década do fornecimento de insights de valores inestimáveis por parte da TMF Group com relação aos desafios de se fazer negócios internacionalmente.

Desde a publicação do primeiro relatório em 2013, o GBCI aumentou de tamanho e escopo, agora classificando 78 jurisdições com relação à complexidade de seus ambientes corporativos.

Nossos experts combinaram seu conhecimento e análise de mais de 200.000 pontos de dados nos últimos dez anos, para produzir um índice anual confiável e um resumo das tendências de compliance que te ajuda a lidar com a complexidade corporativa em todo o mundo.

4-14 TEMAS GLOBAIS

20 RANKINGS DO GBCI 2023

28 CONTABILIDADE E IMPOSTOS

34 GESTÃO GLOBAL DE ENTIDADES

40 RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO



CONTEÚDO

Prefácio	1	<i>Principais áreas de negócios</i>	
Introdução	2	– Contabilidade e impostos	28
<i>Temas Globais</i>		– Gestão Global de Entidades	34
– Turbulência geopolítica e econômica	4	– Folha de pagamento e recursos humanos	40
– Desafios de compliance global	10	As dez jurisdições menos complexas	46
– Preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG)	14	Conclusão	52
Rankings do GBCI 2023	20	Metodologia	54
As dez jurisdições mais complexas	22	Glossário	55

PREFÁCIO

Nós da TMF Group temos o prazer de apresentar o nosso Índice Global de Complexidade Corporativa 2023, analisando as diferenças nas regras e exigências para se fazer negócios em 78 jurisdições em todo o mundo. Este é o décimo aniversário do lançamento deste relatório e continuamos buscando formas de torná-lo cada vez mais útil para as empresas que tomam decisões de realizar investimentos em todo o mundo.

As 78 jurisdições que analisamos correspondem às maiores economias e centros de investimento do mundo, representando 72% da população mundial, 92% do PIB mundial e 95% da entrada líquida de IED. Investigamos cerca de 300 fatores em cada jurisdição. No ano passado, tomamos a decisão de tratar os dados como um bem público acessível a todos. Esta abordagem permanece a mesma, de modo que os dados, juntamente com outros índices e fontes úteis para se fazer negócios em todo o mundo, agora estão disponíveis em nosso site através do link: tmf-group.com/dashboard

O mercado mundial está se recuperando dos anos difíceis da pandemia da Covid-19. Os desafios, é claro, permanecem, incluindo a guerra na Ucrânia, as sanções associadas e as tensões geopolíticas. O aumento das taxas de juros também foi o gatilho

para tensões nos mercados financeiros que até agora foram contidas pela rápida intervenção das autoridades relevantes.

Neste cenário, queremos fazer tudo o que for possível para simplificar o caminho para investir e operar em todo o mundo. O comércio e o investimento estimulam o crescimento econômico. Locais complexos para se fazer negócios estão frequentemente entre os mais atrativos, seja para obter acesso a recursos naturais, mão de obra ou consumidores.

Nossa mensagem ao comparar a complexidade destas jurisdições não tem o objetivo de impedir o investimento, mas simplesmente para garantir que as empresas que investem estejam prontas para lidar com as regras e exigências de cada local. Ao mesmo tempo, esperamos que as análises e os rankings incentivem os governos a realizarem reformas – um menor índice de complexidade está associado a maior riqueza de um país, algo que incentiva não apenas os investidores estrangeiros, mas o empreendedorismo local e a atividade empresarial.

Mark Weil
CEO da TMF Group

INTRODUÇÃO

O Índice Global de Complexidade Corporativa 2023 (Global Business Complexity Index - GBCI) fornece uma visão geral oficial da complexidade de estabelecer e operar empresas ao redor do mundo. Ele explora fatores que impulsionam o sucesso ou fracasso de empresas internacionais, com foco na operação em mercados estrangeiros, e esboça os principais temas emergentes no cenário global bem como suas complexidades locais associadas em 78 jurisdições.

O GBCI 2023 leva em conta 292 diferentes indicadores relacionados à complexidade dos negócios, e fornece uma análise aprofundada dos desafios globais e locais que impactam na facilidade de se fazer negócios ao redor do mundo. Estes dados indicativos são utilizados para compilar um ranking global das 78 jurisdições, baseado na complexidade dos ambientes para negócios abrangendo sua legislação, compliance, procedimentos de contabilidade, regimes de impostos, regras de recursos humanos (RH) e processamentos de folha de pagamento.

3

TEMAS GLOBAIS



1

Turbulência geopolítica e econômica

Estudamos o impacto que fatores econômicos globais como inflação, desgaste entre funcionários e a guerra na Ucrânia estão tendo sobre os negócios. Também examinamos como os desafios geopolíticos estão afetando os planos de expansão e crescimento de empresas em todo o mundo.

2

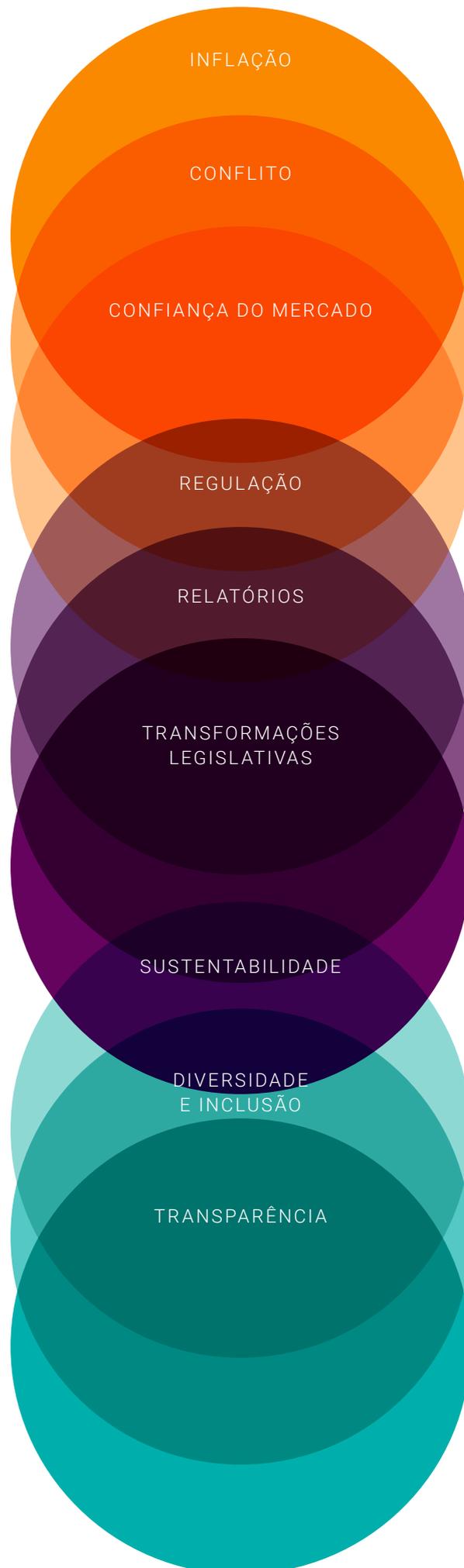
Desafios de compliance global

Com a expectativa de que a legislação de compliance global fique mais restrita no futuro, o que este movimento representará para a complexidade dos negócios? Exploraremos como as mudanças nas regras e regulamentos foram acentuadas ou aceleradas pela situação geopolítica e como as crescentes exigências de compliance estão tornando algumas jurisdições mais atrativas do que outras.

3

Preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG)

Analisamos como a crescente importância dos critérios de ESG indica que as autoridades estão definindo ainda mais o que é exigido das empresas, em particular com relação às questões sobre meio ambiente, diversidade e inclusão..



DESTAQUES
GLOBAIS

#1

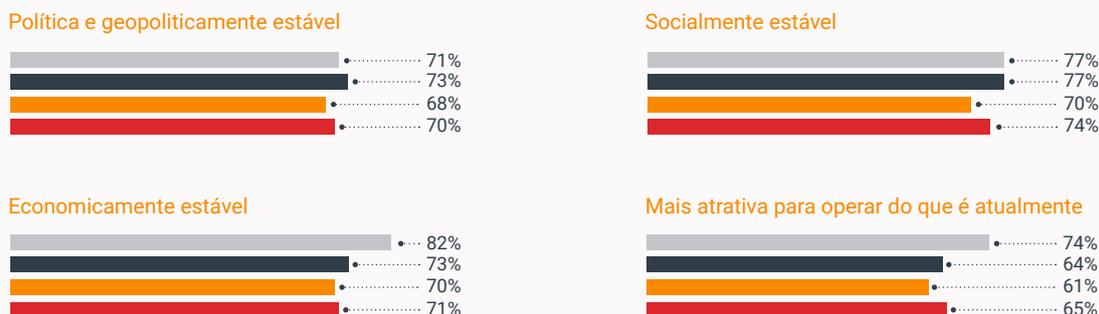
TURBULÊNCIA GEOPOLÍTICA E ECONÔMICA



Apesar das expectativas políticas, geopolíticas e sociais permanecerem estáveis, há uma sensação de que as empresas estão menos abertas a uma expansão global do que em anos anteriores.



Entendimento de que nos próximos cinco anos, a jurisdição será... Provável



O índice de confiança na estabilidade econômica futura caiu desde 2020

Desde 2020, a confiança na estabilidade econômica das jurisdições para os próximos cinco anos vem diminuindo. No entanto, as previsões de estabilidade política, geopolítica e social permaneceram praticamente estáveis. Em função dos eventos globais recentes, como a pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e as taxas de inflação sem precedentes em todo o mundo, este é um dado surpreendente.



“Atualmente, por motivos de segurança, a Ucrânia é um dos locais mais complexos para se fazer negócios, em função da ação militar efetivada no dia 24 de fevereiro de 2022.”

Expert da TMF Ucrânia

Apesar das expectativas sobre a estabilidade política, geopolítica e social permanecerem, há uma sensação de que as empresas estão menos abertas a uma expansão global do que em anos anteriores. Em 2020, 74% das jurisdições pesquisadas relataram que as empresas considerariam mais atrativo operar nelas pelos próximos cinco anos. Este número caiu para 65% em 2023, sugerindo que o otimismo diminuiu um pouco e as organizações podem adotar uma abordagem mais cautelosa nos próximos anos.

A inflação está gerando um grande impacto globalmente

O tópico relacionado à estabilidade econômica foi o que se observou a maior queda de confiança. Em 2020,

82% das jurisdições estavam confiantes em sua futura estabilidade econômica – este número caiu para 71% em 2023. A inflação é generalizada e é apontada como um fator causador de grandes problemas. Embora esteja afetando diferentes jurisdições de maneiras distintas, não há dúvidas de que os efeitos das atuais pressões inflacionárias provavelmente serão percebidos por algum tempo.

Um exemplo disso é o Vietnã, que em 2022 registrou uma importante recuperação econômica pós-pandemia, com o crescimento do PIB em 8,02%; sendo que o índice para este ano está previsto para 6,5%, portanto, menor para 2023. Este movimento é decorrente de uma demanda global reduzida que é esperada nos principais mercados de exportação, provavelmente resultante das tensões geopolíticas. Esta situação se repete em outras jurisdições da APAC, como a Tailândia, com ventos contrários globais desacelerando o crescimento, apesar da recuperação mais rápida do que o esperado depois da pandemia da Covid-19.

Na América do Sul, apenas 40% das jurisdições demonstram confiança em seu futuro econômico. A inflação tem sido um problema recorrente na região, de modo que a turbulência econômica global está resultando em pressões ainda maiores no continente. A Venezuela, por exemplo, sofreu com hiperinflação por vários anos, enquanto a inflação na Argentina recentemente atingiu a marca de 95%.



“A Venezuela conviveu com a hiperinflação nos últimos anos. A desvalorização da moeda fez com que cinco ou seis zeros fossem retirados da moeda local.”

Expert da TMF Venezuela

Os funcionários estão pressionando as organizações

Com a inflação criando grandes aumentos de preços em itens essenciais como alimentos, combustível e serviços, os funcionários estão buscando cada vez mais suporte financeiro de seus empregadores para sobreviver. Isto levou a aumentos generalizados na demanda salarial e a busca por melhores oportunidades em outros lugares. A porcentagem de jurisdições que relataram que a inflação aumentou o desgaste entre funcionários chegou a 60%. Esta tendência, geralmente combinada com a escassez de profissionais qualificados, gera desafios de recrutamento e retenção de funcionários para as empresas. O movimento de “resignação em massa” está pressionando as organizações a permanecerem ágeis e competitivas.

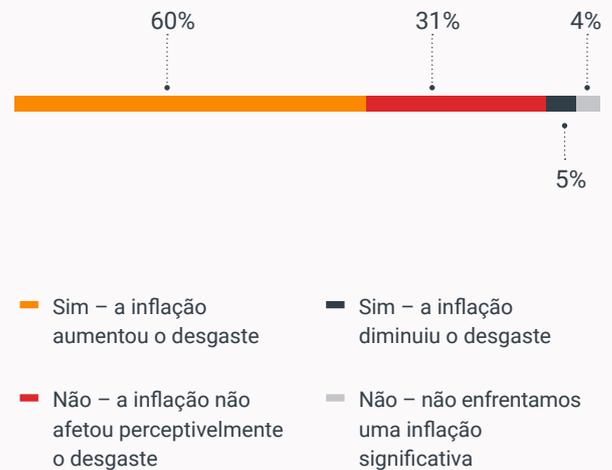
Os funcionários estão solicitando melhores pacotes financeiros em 86% das jurisdições. Este é, particularmente, o caso da EMEA, onde quase todas (98%) das jurisdições analisadas estão observando esta tendência. As mudanças nos salários podem gerar complexidade administrativa para as organizações. Na Argentina, por exemplo, a pressão inflacionária faz com que os salários recebam aumentos várias vezes ao longo do ano. Sempre que isso acontece, as empresas precisam fazer mudanças relevantes, como atualização de folha de pagamento e alteração de contratos, criando uma contínua carga administrativa e de custos.



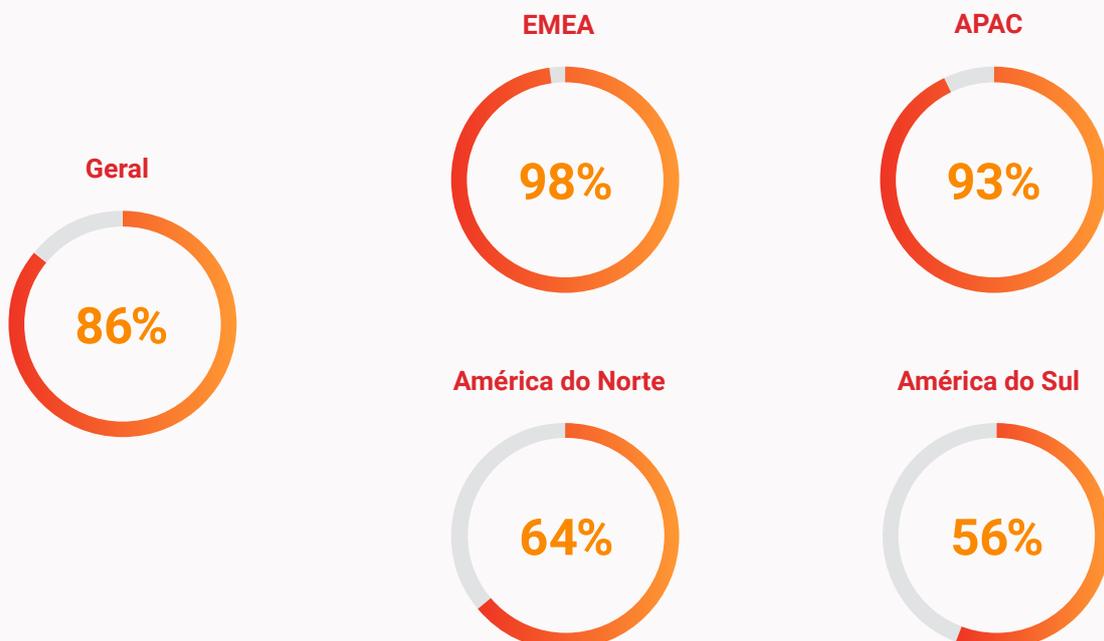
“O movimento de resignação em massa pôde ser percebido por todas as empresas na Itália. A maioria delas sentiu a pressão e teve que gastar muito dinheiro para reter talentos e compensar o aumento do desgaste.”

Expert da TMF Itália

A inflação afetou o desgaste entre funcionários?



A tendência de os funcionários solicitarem melhores pacotes financeiros nos últimos 12 meses



Na maioria das jurisdições, as empresas estão agindo em decorrência de fatores econômicos

Como a inflação global afeta o crescimento econômico em todo o mundo e provoca exigências por parte dos funcionários para melhor suporte financeiro, não é estranho que as empresas estejam tomando providências para atender às demandas e recuperar a receita perdida. Medidas como congelamento de contratações, terceirização, redução do quadro de funcionários e fechamento de escritórios estão sendo tomadas em muitas jurisdições. Ainda que estas ações possam funcionar para ajudar empresas com dificuldades financeiras, elas também geram complexidade para as empresas lidarem. Os processos de demissão e dissolução do negócio podem ser incrivelmente complicados e burocráticos, especialmente em jurisdições com grande comprometimento com direitos trabalhistas, como a França, com suas rígidas leis trabalhistas, um fator chave para torná-la a jurisdição mais complexa do GBCI deste ano.

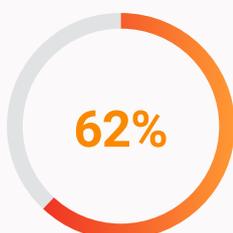
Guerra na Ucrânia afeta planos de expansão e crescimento

Desde o início da guerra na Ucrânia, as jurisdições observaram cadeias de abastecimento interrompidas e o aumento dos preços da energia, bem como sanções ao comércio internacional. Isso aumenta a complexidade e torna os negócios mais desafiadores, principalmente a nível internacional.

Estes desafios atingem de maneira mais severa aqueles que são diretamente afetados pelo conflito. Por exemplo, as jurisdições da EMEA, como a Suécia, registraram aumentos nos preços da energia, o que, por sua vez, gerou um aumento do prazo de entrega de alguns produtos. Esta mudança aumentou o tempo de produção, o que significa que a operação comercial se torna mais lenta, complicada e cara.

Ações tomadas pelos clientes como resultado da instabilidade global

Congelamento de contratações



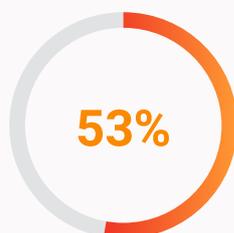
Terceirização



Redução do número de funcionários



Fechamento de escritórios



Atual impacto da guerra na Ucrânia

Interrupção das cadeias de abastecimento



Aumentos dos preços de energia



Sanções comerciais



Aumento do número de refugiados



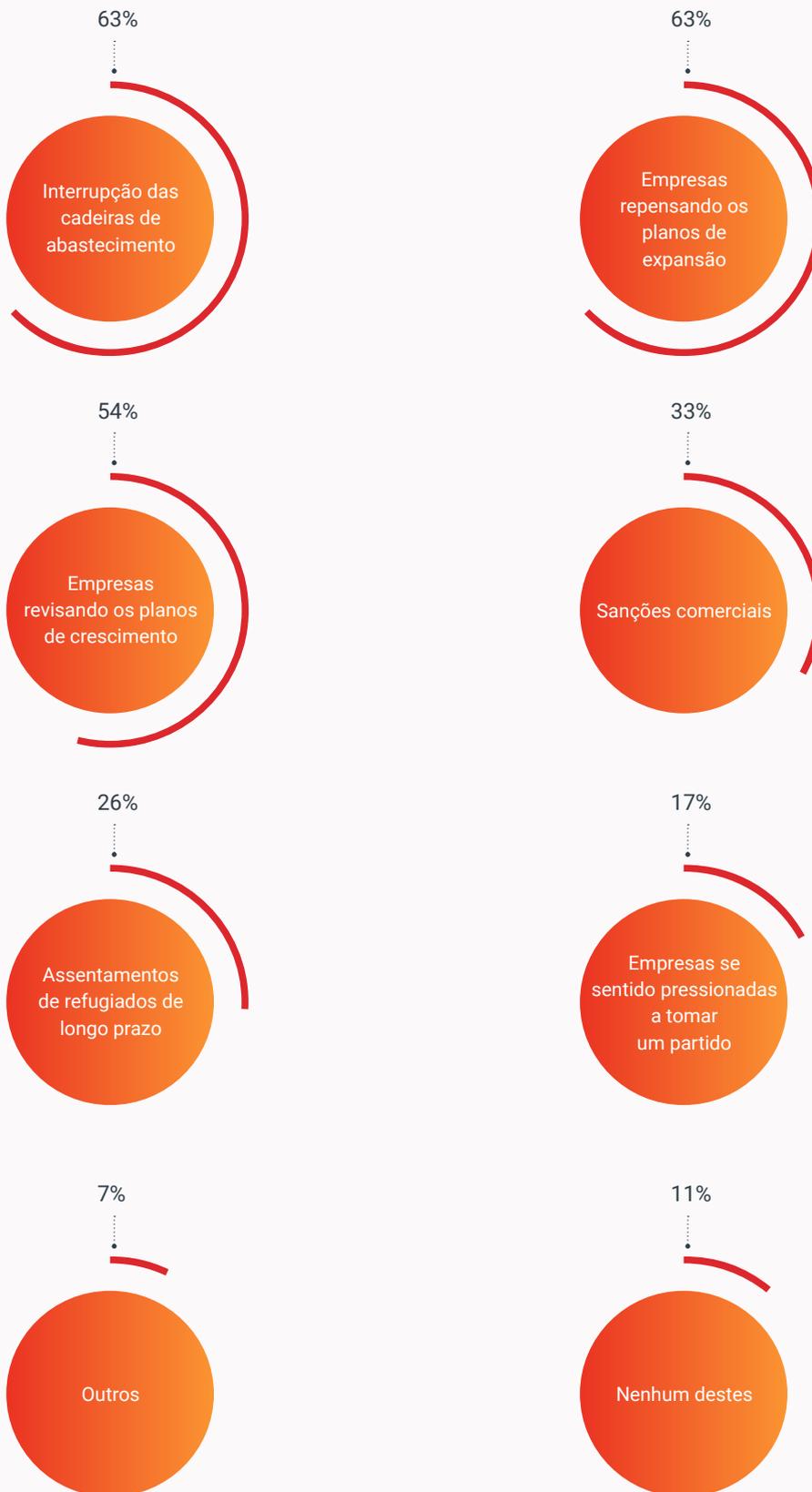
Outros



Nenhum destes



Impactos de longo prazo decorrentes da guerra na Ucrânia



Muitas jurisdições que dependiam da Rússia e da Ucrânia para diferentes exportações como de grãos e petróleo foram muito afetadas. Na Alemanha, por exemplo, a queda das importações de bens tem sido um dos principais impulsionadores da inflação. Na Colômbia, isso também aconteceu no começo do conflito – as importações de grãos foram afetadas, o que aumentou a inflação, o que demonstra que os impactos da guerra são globais e não se limitam à Europa.

Prevê-se que os problemas decorrentes da guerra na Ucrânia continuem, com a maioria das jurisdições (63%) prevendo interrupções contínuas na cadeia de suprimentos. Há um evidente impacto nos negócios globais, com mais da metade das jurisdições observando que as organizações repensarão seus planos de crescimento e expansão. As jurisdições precisarão trabalhar mais do que nunca para atrair novos investimentos e reconstruir economias instáveis.

No entanto, algumas jurisdições estão encontrando oportunidades para atrair investimento estrangeiro direto (IED). Nos EUA, por exemplo, o IED aumentou em comparação com os níveis pré-pandemia. Em um momento de tanta incerteza, as jurisdições que podem oferecer relativa estabilidade e segurança aos investidores podem ser mais atrativas do que nunca.

Este não é o caso somente de empresas, mas também dos investidores privados. Mais da metade das jurisdições (56%) que oferecem serviços de patrimônio privado e family office preveem uma tendência de aumento do número de indivíduos com grande patrimônio líquido que buscam um local seguro para investi-lo devido à instabilidade geopolítica.

Ainda que o ambiente corporativo global possa parecer mais instável do que nos últimos anos, os momentos difíceis, muitas vezes, podem servir para criar oportunidades de investimento e expansão. Por exemplo, na Argentina, a escassez mundial de petróleo está impulsionando uma maior autossuficiência e foco em planos futuros de exportação. Espera-se que isso fortaleça a economia e ajude na recuperação dos efeitos da inflação sem precedentes.

Embora as organizações possam ficar apreensivas com a expansão, algumas jurisdições estão utilizando este tempo para promover um espaço mais proeminente no mercado global, abrindo novas portas para os negócios. Também é provável que os governos trabalhem mais para aumentar a atratividade para investimentos, o que significa que as empresas podem trabalhar para que os processos e procedimentos sejam simplificados nos próximos anos.



DESTAQUES
GLOBAIS
#2

DESAFIOS DE COMPLIANCE GLOBAL

GOVERNANÇA
RELATÓRIOS
TRANSPARÊNCIA
CONHEÇA SEU CLIENTE
ANTI-LAVAGEM DE DINHEIRO
PADRÃO COMUM DE RELATÓRIOS
BENEFICIÁRIO FINAL

Embora a maior ênfase no compliance global possa gerar complexidade, ele também gera maior consistência e previsibilidade para empresas estrangeiras que entram em novas jurisdições e avançam com os planos de expansão global.



As exigências de compliance global seguem alinhadas com as de 2022

As exigências de compliance, como elaboração sobre beneficiários finais (ultimate beneficial owners – UBO) e de pessoas com controle significativo (persons of significant control – PSC), estão vigentes para garantir que as empresas e aqueles que as gerenciam permaneçam transparentes ao incorporar e operar em jurisdições estrangeiras. Os dados têm sido uma parte importante dos processos de compliance em todo o mundo há vários anos. Nos últimos anos, a exigência de fornecimento de informações de UBO e/ou PSC a um registro centralizado permaneceu estável em cerca de 7 a 10 (71%) das jurisdições.

Regulamentos como o Conheça seu Cliente (Know Your Client – KYC) e a Lei Anti-Lavagem de Dinheiro (Anti-Money Laundering Act – AML) foram adotados por pelo menos algumas indústrias em todas as jurisdições. Esta tendência tem se repetido nos últimos anos, demonstrando que estas regulamentações têm sido um método relevante e estável de responsabilização das empresas pela transparência e segurança operacional.

Estes regulamentos tendem a se tornar mais rigorosos ao longo do tempo. Por exemplo, em Hong Kong, as verificações mais restritas de due diligence, as exigências de KYC e o monitoramento de transações aumentaram significativamente a carga sobre o due diligence do cliente. Estas medidas acontecem juntamente com um maior monitoramento das atividades dos provedores de serviços corporativos para clientes com sede em Hong Kong, especialmente em relação a pagamentos.

Regulamentações globais como estas podem criar uma complexidade mais localizada. No México, por exemplo, as exigências de elaboração de relatórios sobre UBOs foram implementadas em janeiro de 2022 e a coleta de dados é abrangente, adicionando uma carga significativa de relatórios para os clientes. Além disso, exigências pouco claras abriam interpretações generalizadas. Como resultado, os notários públicos podem recusar-se a incorporar organizações.



“O número de regulamentos locais em resposta a regras e diretivas internacionais mais abrangentes aumentou e eles são complexos de lidar.”

Expert da TMF Alemanha



Previsão de que a carga regulatória global aumente

Embora a implementação da regulamentação de compliance global permaneça estável, as jurisdições estão observando um endurecimento da regulamentação de compliance global, como a elaboração de relatórios de KYC e sobre UBO. Esta é uma tendência que deve continuar no cerne das tensões geopolíticas, como a guerra na Ucrânia.

Apenas 13% das localidades não esperam que os regulamentos de compliance sejam mais rígidos, com as tensões globais levando à necessidade de maior transparência e o conhecimento sobre quem exatamente está investindo nas jurisdições.

Em Curaçao, as sanções contra empresas e indivíduos russos sugerem que as verificações de KYC se tornaram mais detalhadas e rigorosas, criando complexidade para organizações de propriedade russa. O mesmo pode ser observado em jurisdições como Reino Unido, Hungria, Austrália e Malásia, com os impactos da guerra sendo percebidos em todo o mundo.

Curiosamente, jurisdições como a Sérvia não estão impondo nenhum tipo de sanção ou aumento das

exigências de compliance global para empresas e indivíduos russos, o que significa que eles são capazes de atrair investimentos russos. Isso demonstra as diferentes abordagens que as jurisdições podem adotar em tempos difíceis e como isso afeta a complexidade e a atratividade.

O aumento das exigências de relatórios pode afetar as metas de expansão global

Um total de 43% das jurisdições espera mais relatórios de compliance regulatório para empresas no próximo ano. As organizações podem ter dificuldades para entender e atender às novas exigências de relatórios. Uma em cada cinco (21%) das jurisdições espera que a velocidade de produção de relatórios para atender às novas demandas aumente junto com a adição de novas regras. Isto significará que as empresas não apenas terão que lidar com maiores demandas de relatórios, mas também deverão produzi-los mais rapidamente do que antes..

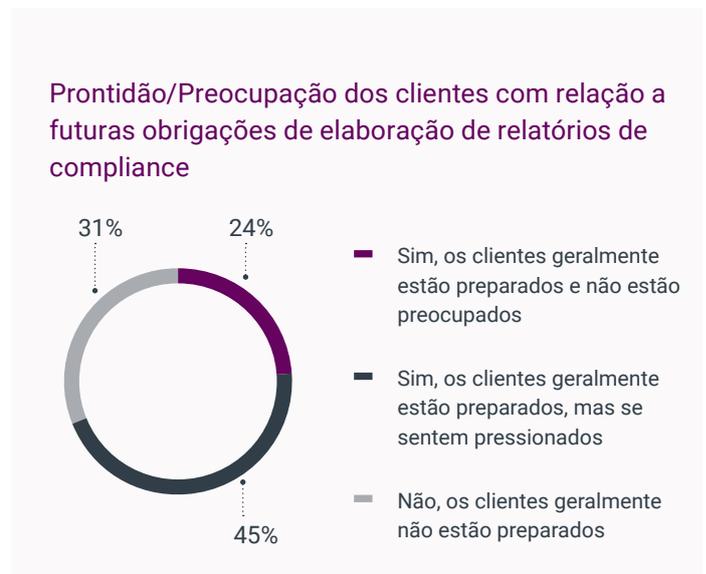
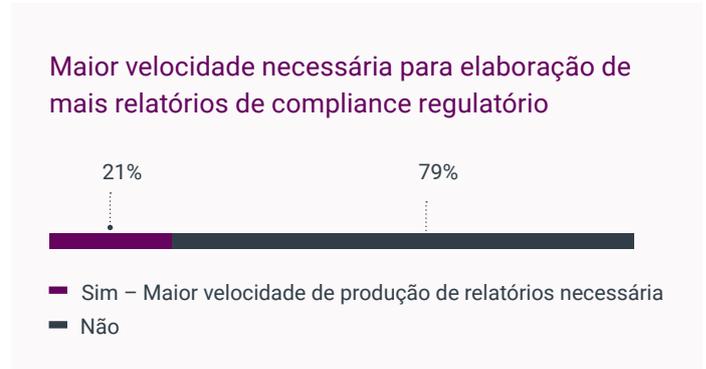
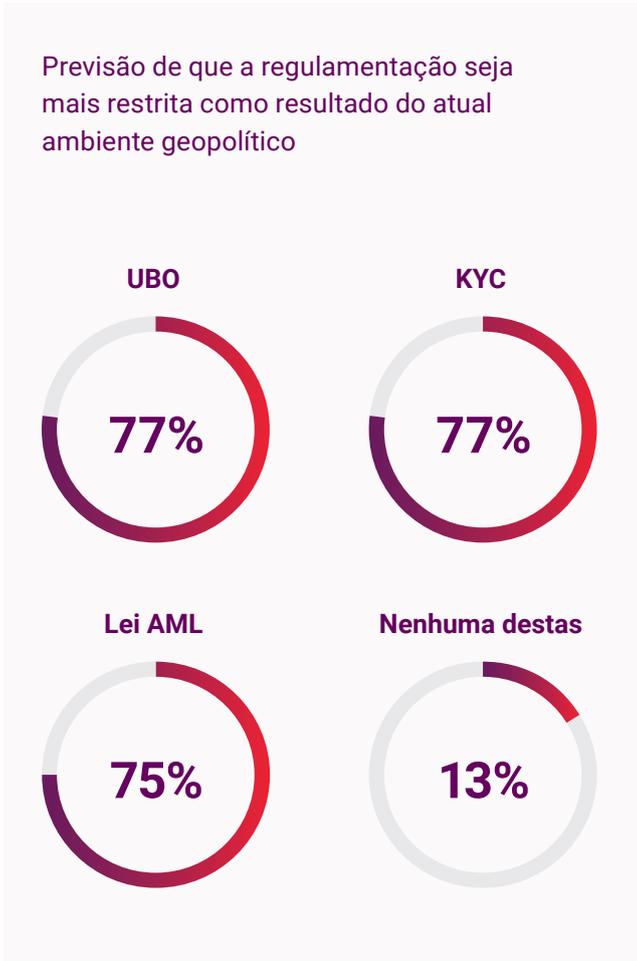
Devido a estas mudanças, os clientes estão se sentindo muito pressionados. Apenas 24% das jurisdições relatam que seus clientes geralmente estão preparados para mais exigências de relatórios e não estão se sentindo pressionados. Quase um terço (31%) das jurisdições relatam que os clientes geralmente não estão preparados, demonstrando que talvez ainda não tenham percebido a complexidade do que está por vir.

Devido à pressão e maior complexidade, vemos que quase metade (48%) das jurisdições relatam que pelo menos algumas empresas repensarão suas metas de expansão. Por exemplo, interromper o processo de incorporação em uma jurisdição com muitas exigências de relatórios de compliance global, ou talvez procurar outra jurisdição com regras mais brandas. Isso demonstra o verdadeiro impacto que a legislação e os relatórios de compliance global podem ter e como eles podem limitar a atratividade de uma jurisdição e incentivar as empresas a procurar um novo lugar para se instalar.



“Observamos um aumento de propostas regulatórias globais para todos os países, não apenas para a Turquia. Adaptar-se a estas premissas locais é o principal desafio tanto para os provedores de serviço de compliance quanto para os clientes.”

Expert da TFM Turquia





Cientes repensando a expansão devido ao aumento das obrigações regulatórias

Sim, a maioria das empresas repensará suas metas de expansão

10%

Sim, algumas empresas repensarão suas metas de expansão

38%

Não, as empresas não repensarão suas metas de expansão

52%

EFETIVO: Pelo menos algumas empresas repensarão suas metas de expansão

48%

As exigências de compliance global podem oferecer estabilidade e segurança para indivíduos com elevado patrimônio líquido

As exigências de compliance global como UBO, KYC e AML podem gerar complexidade para as empresas e causar preocupação para clientes que desejam investir internacionalmente. No entanto, este maior foco no compliance global é enxergado como inevitável e não vai deixar de ser assim. Também está determinado em certas jurisdições, especialmente na UE, onde as diretivas são decretadas para serem implementadas localmente em diferentes jurisdições. Isso significa que as empresas multinacionais já podem ter um melhor entendimento sobre certas exigências de compliance ao entrar em novas jurisdições. Dito isto, pode haver nuances que podem causar complexidade e levar tempo para serem compreendidas pelas empresas.

No entanto, embora os incentivos de compliance global possam aumentar a complexidade, eles também podem impulsionar a atratividade das jurisdições, especialmente para clientes de patrimônio privado e family office (private wealth and family office – PWFO) que buscam segurança e proteção. Em Singapura, por exemplo, uma estrutura regulatória robusta e estável e a estabilidade política são os principais fatores que atraem investimentos estrangeiros. A jurisdição também oferece arranjos de incentivos fiscais que atraem indivíduos com elevado patrimônio líquido.

Reviravoltas legislativas estão afetando quase 15% das jurisdições

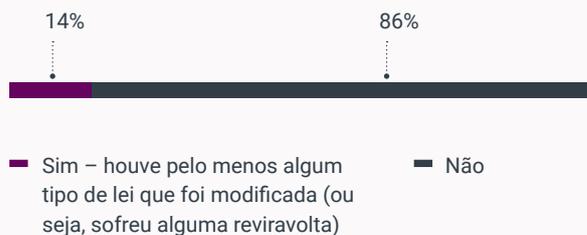
Ainda que haja maior ênfase por exigências estáveis e consistentes de compliance globalmente, algumas jurisdições enfrentaram reviravoltas legislativas nos últimos 12 meses.

Mais de uma em cada dez (14%) jurisdições enfrentaram algum tipo de reviravolta. Por exemplo, no Reino Unido, onde o ano de 2022 foi caracterizado por uma turbulência política sem precedentes, diversas leis foram implementadas e depois revogadas, geralmente relacionadas a impostos.

Na China, o governo também voltou atrás na alíquota tributária sobre a renda de ações de funcionários, bônus anuais e benefícios isentos de impostos para funcionários expatriados, que deveriam terminar em janeiro de 2022. Ainda que esta mudança beneficie trabalhadores estrangeiros e seus negócios internacionais, as mudanças podem gerar complexidade para as organizações que podem ter dificuldades para acompanhar informações contraditórias transmitidas pelos governos.

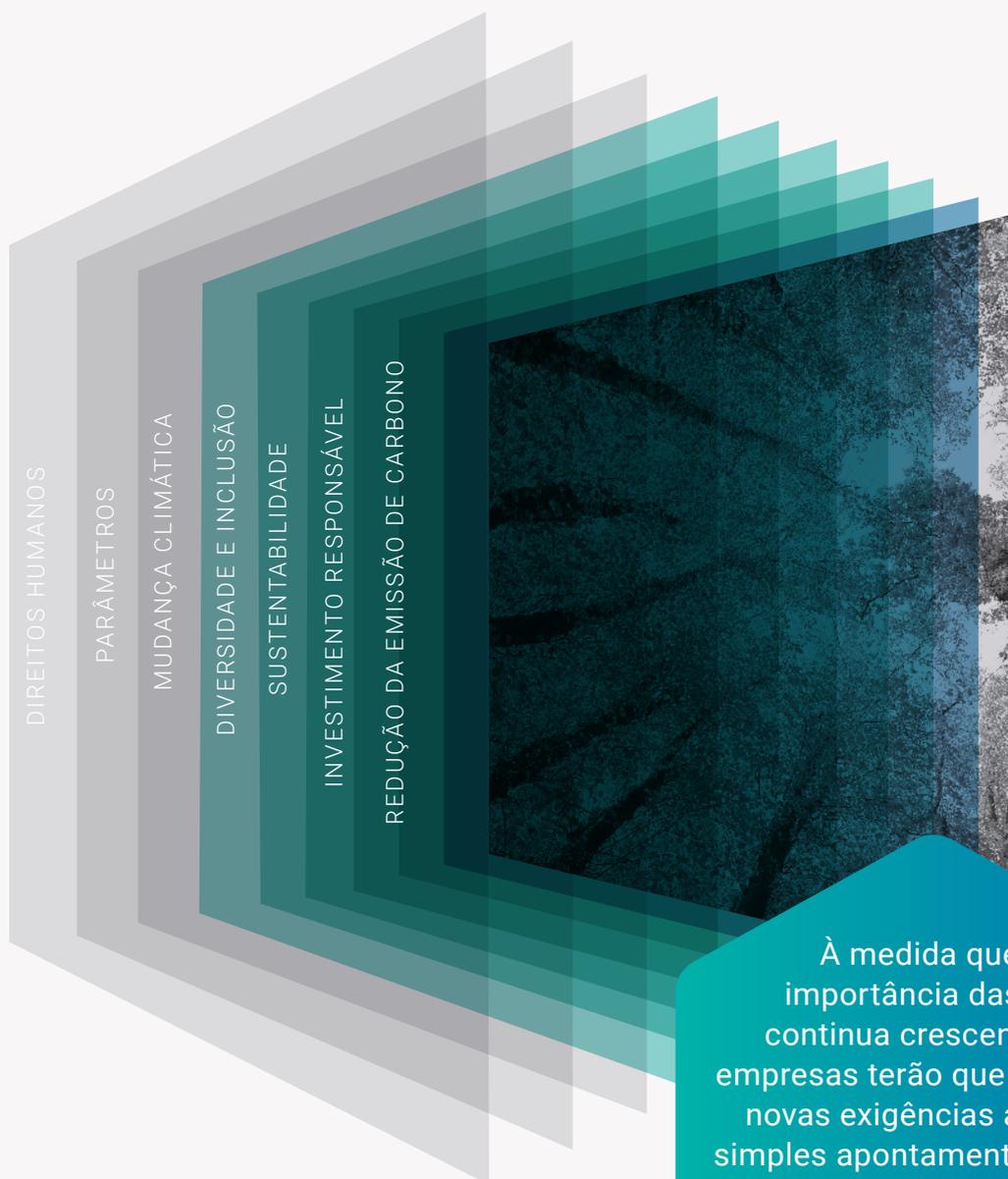
Da mesma forma, podemos continuar observando reviravoltas legislativas à medida que os governos lidam com a instabilidade geopolítica e um ambiente de negócios globais em mudança. No entanto, o maior enfoque no compliance global e na legislação deve trabalhar para oferecer estabilidade em tempos tão desafiadores. Embora a maior ênfase no compliance global possa gerar complexidade, ele também gera maior consistência e previsibilidade para empresas estrangeiras que entram em novas jurisdições e avançam com os planos de expansão global.

Jurisdições que enfrentaram reviravoltas legislativas nos últimos 12 meses



DESTAQUES
GLOBAIS
#3

PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ESG)



À medida que a importância das ESG continua crescendo, as empresas terão que lidar com novas exigências além do simples apontamento de suas atividades e se comprometer a relatar seus indicadores de práticas de ESG.

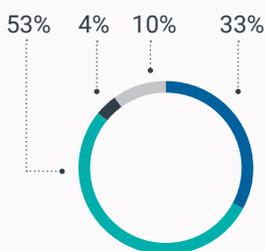
As exigências de ESG são cada vez mais importantes

Os critérios ambientais, sociais e de governança (Environmental, social and governance – ESG) estão se tornando cada vez mais proeminentes, com as empresas agora obrigadas a cumprir pelo menos um dos critérios de ESG na maioria das jurisdições. De fato, apenas quatro jurisdições (Curaçao, IVB, Venezuela e Uruguai) não exigem que as empresas cumpram e/ou relatem quaisquer exigências de ESG relacionadas às suas atividades, demonstrando o alcance global destes critérios.

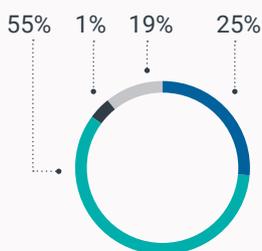
As exigências de proteção ao consumidor e de direitos humanos (associados à escravidão moderna, por exemplo) são as mais comuns que devem ser cumpridas pelas empresas, o que não é motivo de surpresa, visto que estão associados diretamente à maneira como a maioria das empresas faz negócios. Quase metade das jurisdições exige que as empresas relatem dados sobre fatores ambientais: 44% sobre emissões de gases de efeito estufa e 46% sobre sustentabilidade e redução de resíduos. Estas exigências são mais frequentes entre as jurisdições da EMEA (54% para ambas as exigências) e menores na América do Norte (com índices de 29% e 36%, respectivamente).

Exigência para cumprir e/ou relatar o que é previsto na legislação de ESG

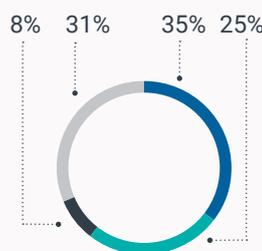
Proteção ao consumidor



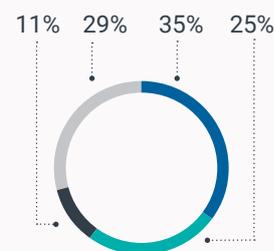
Direitos humanos (associados à escravidão moderna, por exemplo)



Emissão de gases de efeito estufa



Sustentabilidade e redução de resíduos



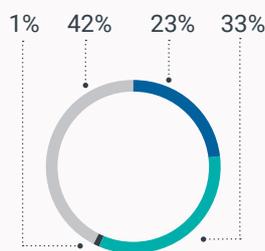
EFETIVO	86%	79%	61%	60%
---------	-----	-----	-----	-----

É necessário cumprir o que é previsto na legislação

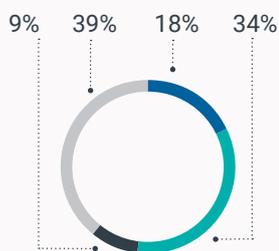
EFETIVO	37%	26%	44%	46%
---------	-----	-----	-----	-----

É necessário relatar suas atividades

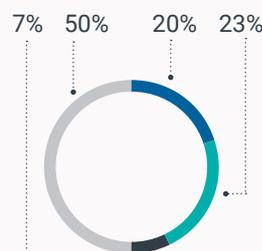
Garantia de investimentos responsáveis



Diversidade na força de trabalho (incluindo gênero, etnia, sexualidade etc., por exemplo)



Regras sobre remuneração de executivos sêniores



EFETIVO	57%	51%	43%
---------	-----	-----	-----

É necessário cumprir o que é previsto na legislação

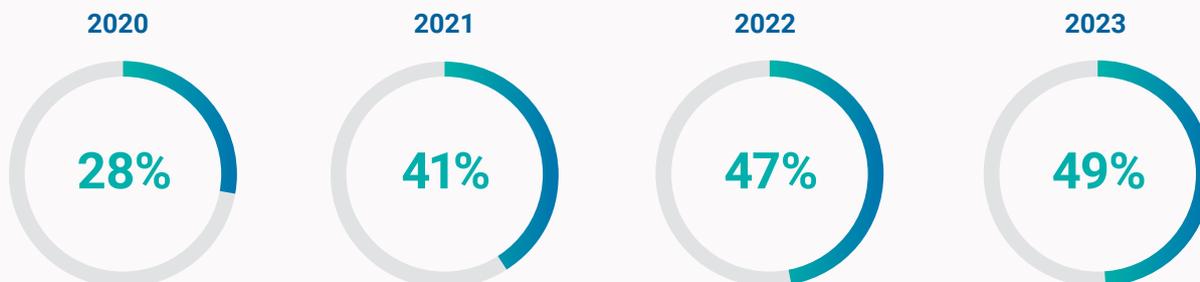
EFETIVO	25%	27%	27%
---------	-----	-----	-----

É necessário relatar suas atividades

- As empresas são obrigadas a cumprir o que é previsto na legislação e relatar suas atividades
- As empresas são obrigadas a cumprir o que é previsto na legislação, mas não precisam relatar suas atividades
- As empresas não são obrigadas a cumprir a legislação, mas são obrigadas a relatar suas atividades
- Nenhum: as empresas não são obrigadas a cumprir a legislação ou relatar suas atividades

Dados demográficos de funcionários – relatórios exigidos pelas autoridades do governo

Todas as organizações



Enfoque global em sustentabilidade ambiental, diversidade e inclusão

Nos últimos anos, muitos governos e autoridades têm realizado esforços em conjunto para liderar o processo de responsabilização das empresas na redução de suas pegadas de carbono. Na Malásia, a meta do governo de alcançar a neutralidade de carbono até 2050 está particularmente adiantada com relação aos outros países da ASEAN. As empresas na Malásia estão ativamente buscando programas de ESG, e as corporações multinacionais têm o consumo de energia como foco principal nos compromissos de ESG.

Outra área legislativa de ESG que está se tornando cada vez mais importante é a garantia de diversidade na composição da força de trabalho. Metade das jurisdições (51%) exige que as empresas cumpram as leis relacionadas à diversidade da força de trabalho, com mais de um quarto (27%) exigindo que as empresas relatem seus dados sobre este aspecto.

Quase metade (49%) das jurisdições exige que todas as empresas enviem relatórios sobre dados demográficos de funcionários às autoridades do governo, algo que continua crescendo anualmente (28% em 2020, 41% em 2021 e 47% em 2022). O maior índice pode ser observado na América do Sul, onde 80% das jurisdições exigem que todas as empresas informem os dados demográficos dos funcionários, a seguir aparece a APAC, com um índice de 64% das jurisdições.

A França exige relatórios baseados em dados sobre diversidade, incluindo funcionários com deficiência e sobre

disparidade salarial entre homens e mulheres. Embora a legislação da UE seja mais exigente no que diz respeito à diversidade e inclusão, a França foi uma das primeiras jurisdições a adotar esta legislação e é um exemplo para as jurisdições europeias. Da mesma forma, na Nova Zelândia, há maior responsabilidade em relatar métricas sobre diversidade e inclusão para empresas registradas ao preparar demonstrativos financeiros auditados.

A carga dos relatórios de ESG recai sobre as empresas registradas, mas as empresas privadas passam a relatar cada vez mais indicadores de ESG voluntariamente

Atualmente, a carga de relatar e cumprir a legislação de ESG recai, em grande parte, sobre as empresas públicas e registradas. Para dar um exemplo, a partir de janeiro de 2022, novas regras na Suíça exigem que empresas de

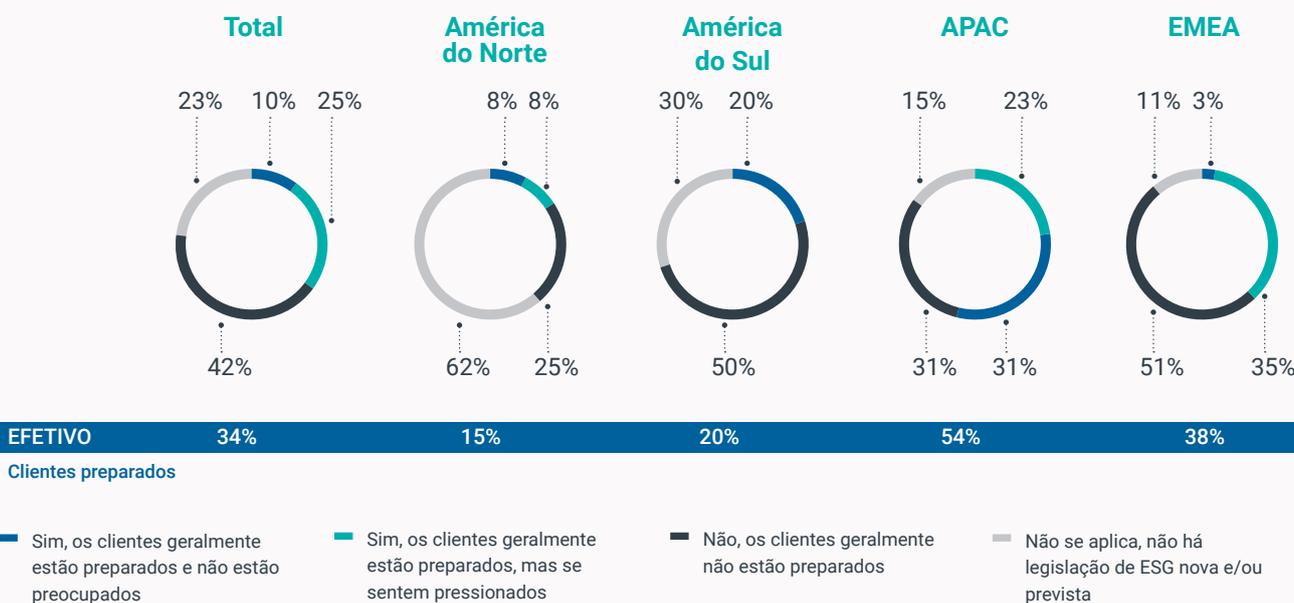


“Mesmo que não seja obrigatório, as grandes empresas estão viabilizando e criando programas de iniciativas de ESG. Os diretores destas empresas estão recomendando que outras pessoas façam parte desta iniciativa. Então, mesmo não sendo obrigatório, há uma boa aceitação dentro da indústria, porque é algo que está sendo promovido pelos donos das empresas.”

Expert da TMF Colômbia



Preparação para atender à legislação de ESG



interesse público, como empresas registradas ou grandes empresas regulamentadas pela Swiss Financial Market Supervisory Authority (FINMA), emitam relatórios públicos anuais de ESG.

Curiosamente, há uma tendência de empresas privadas de gerar relatórios voluntariamente sobre suas atividades de ESG. Estes dados são parcialmente preparados para geração de relatórios sobre indicadores de ESG obrigatórios mais genéricos que serão exigidos nos próximos anos, mas sua produção também é estimulada pelo interesse dos consumidores de que as empresas operem de maneira mais sustentável, responsável e transparente.

Em certas jurisdições, algumas empresas privadas, incluindo as pequenas e médias, serão obrigadas ou já são obrigadas a relatórios sobre indicadores de ESG. O que fundamenta esta obrigação é o fato de que as empresas fazem parte de uma cadeia de abastecimento ou são negócios ligados a entidades maiores, portanto, também precisam ser transparentes sobre seus principais riscos e impactos de ESG, de modo a permitir que as entidades maiores possam utilizar seus dados para elaborar seus próprios relatórios relacionados às práticas de ESG.

O aumento repentino de relatórios sobre indicadores de ESG indica que os clientes não estão preparados para novas exigências

Apesar da crescente importância e exigências para elaboração de relatórios sobre indicadores de ESG, os experts da TMF Group afirmam que os clientes geralmente

não estão preparados para novas legislações de ESG ou para aquelas já previstas. Este é o caso de 42% das jurisdições globalmente, sendo que este índice é maior na EMEA (51%) e na América do Sul (50%).

Com as exigências de relatórios para práticas de ESG provavelmente aumentando, e não apenas aplicáveis a empresas públicas e registradas, é provável que a pressão continue existindo. Não apenas haverá uma pressão para lidar com legislações novas e futuras, mas também uma implicação de custo de administração e de recursos que está afetando empresas de grande porte e registradas em todo o mundo (como na África do Sul, conforme citado por nossos experts).



“Encontrar o parceiro certo com as ferramentas, tecnologia e know-how para elaborar os relatórios de ESG será algo importante. Eles devem ser adequados e alinhados com as novas exigências que podem ser aplicadas à clientes específicos. Entender como agir e relatar para permanecer em compliance, especialmente para empresas estrangeiras com conhecimento limitado sobre os regulamentos locais.”

Expert da TMF Noruega

À medida que a importância das ESG continua crescendo, as empresas terão que lidar com novas exigências além do simples apontamento de suas atividades e se comprometer a relatar seus indicadores de práticas de ESG. No entanto, dado que as exigências de ESG estão recentemente sendo implementadas em muitas jurisdições, os impactos e o futuro dos relatórios sobre indicadores de ESG ainda não são claros.

O interesse pelas práticas de ESG de clientes de patrimônio privado, family offices, fundos e de mercado de capitais

Os experts da TMF Group de jurisdições que oferecem serviços de PWFO observam estes indivíduos estão cada vez mais interessados em investir de maneiras que incorporem premissas de ESG. Embora atualmente possa haver um impacto mais limitado das práticas de ESG na forma como os clientes de PWFO fazem negócios, a nova e esperada legislação de ESG exigirá que os clientes busquem assistência com provedores especializados.

Em jurisdições com grande atividade nos mercados de capitais, as iniciativas de financiamento verde, como a emissão de títulos verdes por bancos e os empréstimos sustentáveis, estão se tornando cada vez mais comuns. Na Colômbia, por exemplo, existe uma lei que regula iniciativas verdes e títulos vinculados à sustentabilidade, e o governo anunciou um plano para incentivar investimentos relacionados às práticas de ESG.



“Como parte da UE, a Irlanda deve estar em compliance com todos os regulamentos da UE sobre as práticas ESG. Isso tornará os relatórios mais complexos para as grandes empresas. Além de impactar os setores de fundos e de mercados de capitais, pois ambos desejam atrair investidores por estarem em compliance com as práticas ESG.”

Expert da TMF Irlanda

No ano passado, os experts da TMF Group relataram que 77% das jurisdições com grande atividade no setor de fundos observaram um aumento no interesse dos gestores em fundos sustentáveis e socialmente benéficos, demonstrando o interesse permanente em práticas de ESG para clientes de fundos. Na Índia, nossos experts relatam que os players prioritários enfatizam seus parâmetros de ESG, pois eles tornam os investimentos mais lucrativos para os investidores globais.

Dois terços (67%) das jurisdições com grande atividade no setor de fundos aderiram ao Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR) Level 2 da UE, implementado em 2022. Isso significa que os gestores de ativos e provedores de fundos precisam fornecer relatórios obrigatórios sobre sustentabilidade, bem como relatórios completos obrigatórios com o objetivo de aumentar a transparência.

Fora da UE, também observamos a implementação de medidas para garantir a transparência no que diz respeito aos fundos. Em Hong Kong, por exemplo, uma alteração de despacho entrou em vigor em janeiro de 2022, fornecendo orientações aos gestores de ativos sobre expectativas de divulgação aprimoradas para fundos que incorporam fatores de ESG como um objetivo ou estratégia de investimento principais.

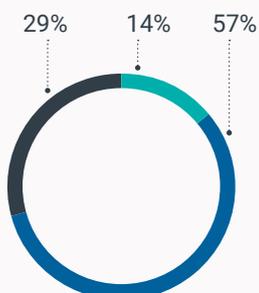
Em um terço (31%) das jurisdições de fundos, existe uma legislação que regula a comercialização de fundos que alegam gerar um impacto positivo de ESG, que visa limitar as empresas, especialmente as grandes e registradas, de cometer o “greenwashing”. Ainda que este ato seja cada vez mais analisado, o desafio permanece o mesmo para provar que os investimentos estão realmente focados nas práticas de ESG.

Apesar da crescente importância das práticas de ESG, ainda há muito o que fazer para priorizá-las com relação a outros objetivos do negócio. Nas Ilhas Cayman, por exemplo, nossos experts descrevem o desafio de convencer os gestores de investimentos de que as ESG devem ser um fator considerado na tomada de decisão sobre seus fundos, já que seu principal objetivo é maximizar os lucros.

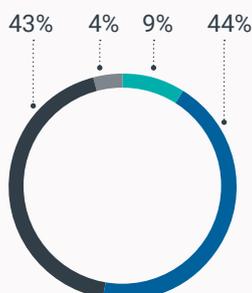
Ainda que o impulsionamento dos lucros seja uma característica importante, as práticas de ESG fazem cada vez mais parte da composição das grandes corporações. O foco em ESG deve continuar buscando formas de trabalho mais ecológicas e éticas, apesar das complexidades associadas.

Mudanças no comportamento de clientes de patrimônio privado e family offices no ano passado

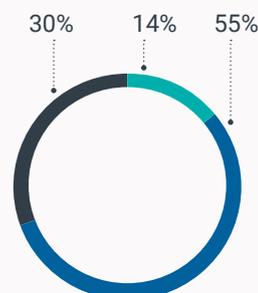
Investimento mais ecologicamente correto



Investimento que melhore os resultados sociais



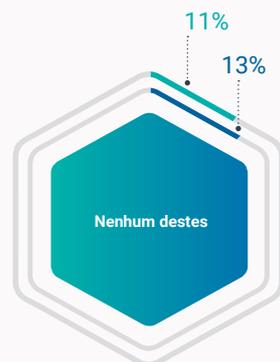
Investimento em empresas ou fundos que são geridos de forma responsável



EFETIVO: aumento	71%	54%	70%
EFETIVO: diminuição	0%	4%	0%

■ Aumento significativo
 ■ Pequeno aumento
 ■ Sem alteração
 ■ Pequena diminuição
 ■ Diminuição significativa

Iniciativas de financiamento verde



■ 2022
 ■ 2023

ÍNDICE GLOBAL DE COMPLEXIDADE CORPORATIVA: RANKINGS 2023



PÁGINAS
22 – 27

AS DEZ JURISDIÇÕES MAIS COMPLEXAS

	2023	2022	2021
1 ^ França	(2)	(2)	
2 ^ Grécia	(6)	(13)	
3 v Brasil	(1)	(1)	
4 - México	(4)	(3)	
5 - Colômbia	(5)	(4)	
6 ^ Turquia	(7)	(5)	
7 v Peru	(3)	(24)	
8 - Itália	(8)	(15)	
9 - Bolívia	(9)	(8)	
10 ^ Argentina	(12)	(7)	
11 - Indonésia	(11)	(6)	
12 v Polônia	(10)	(10)	
13 ^ Bélgica	(17)	(17)	
14 ^ Chile	(15)	(40)	
15 v China	(14)	(12)	
16 - Coreia do Sul	(16)	(11)	
17 ^ Ucrânia	(31)	(35)	
18 ^ República Dominicana	(28)	(41)	
19 - Paraguai	(19)	(58)	
20 ^ Croácia	(34)	(28)	
21 ^ Malásia	(22)	(22)	
22 v Venezuela	(21)	(33)	
23 ^ Cazaquistão	(24)	(16)	
24 ^ Romênia	(33)	(29)	
25 v Alemanha	(20)	(27)	
26 v Nicarágua	(18)	(14)	

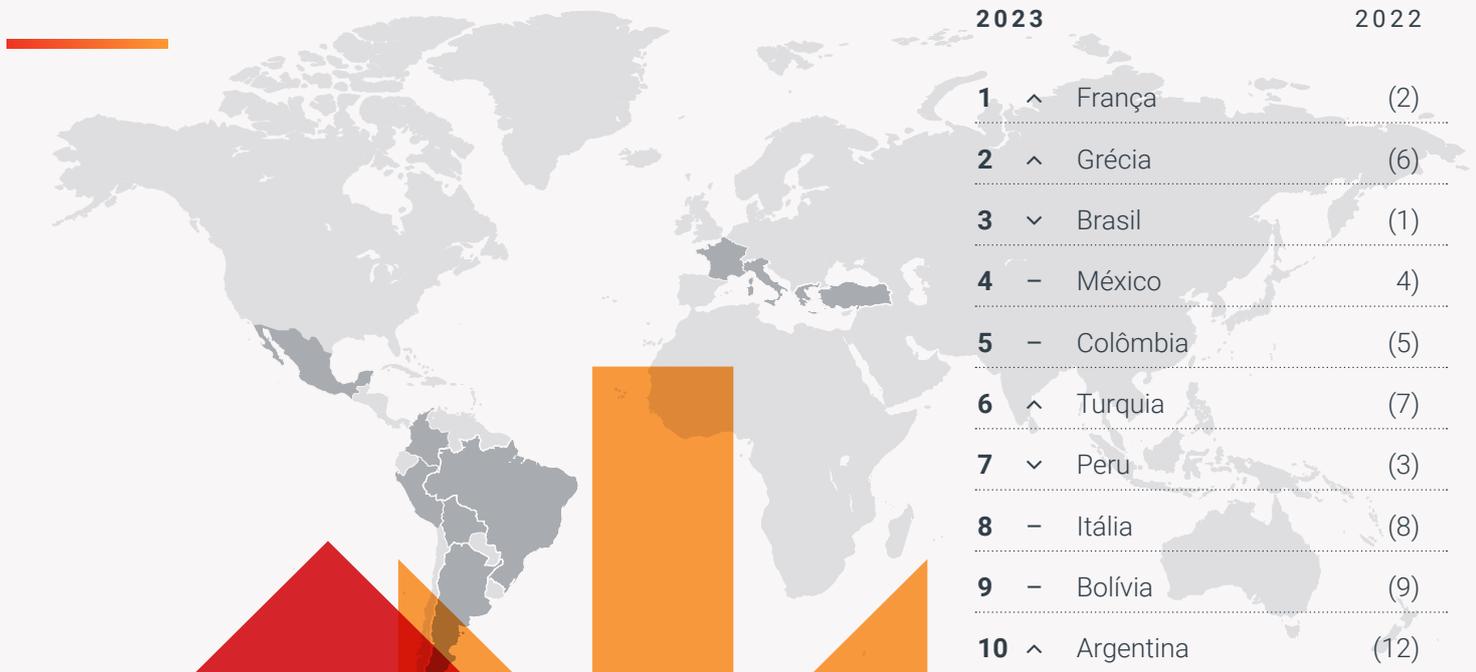


2023	2022	2021
27 ^	Panamá	(35) (25)
28 ^	Hungria	(38) (43)
29 -	Eslováquia	(29) 46)
30 -	Egito	(Novo) (Novo)
31 v	Filipinas	(30) (37)
32 v	Eslovênia	(26) (23)
33 v	Índia	(25) (20)
34 v	Áustria	(23) (38)
35 v	Uruguai	(27) (39)
36 v	Rússia	(32) (26)
37 v	Guatemala	(36) (36)
38 v	Portugal	(37) (19)
39 v	Suécia	(13) (52)
40 -	Equador	(40) (18)
41 v	Espanha	(39) (34)
42 v	Sérvia	(41) (48)
43 ^	Japão	(51) (59)
44 -	El Salvador	(44) (69)
45 -	Costa Rica	(45) (9)
46 v	Vietnã	(42) (21)
47 -	Honduras	(47) (31)
48 ^	Canadá	(52) (57)
49 ^	Jamaica	(59) (30)
50 v	Finlândia	(46) (42)
51 v	África do Sul	(48) (47)
52 v	Tailândia	(49) (44)

2023	2022	2021
53 ^	Emirados Árabes Unidos	(61) (60)
54 v	Taiwan	(43) (32)
55 v	Bulgária	(50) (49)
56 v	Chipre	(53) (54)
57 v	República da Irlanda	(54) (74)
58 v	Catar	(55) (66)
59 v	Singapura	(58) (50)
60 ^	Austrália	(65) (62)
61 ^	Guernsey	(66) (55)
62 v	Suíça	(60) (56)
63 ^	Israel	(64) (63)
64 v	Ilhas Maurício	(62) (68)
65 v	República Tcheca	(63) (61)
66 v	Luxemburgo	(57) (65)
67 ^	Noruega	(69) (51)
68 ^	Estados Unidos	(71) (71)
69 v	Malta	(67) (64)
70 ^	Jersey	(72) (45)
71 v	Nova Zelândia	(70) (67)
72 v	Reino Unido	(68) (53)
73 -	Ilhas Virgens Britânicas	(73) (72)
74 -	Hong Kong	(74) (76)
75 v	Holanda	(56) (70)
76 -	Curaçao	(76) (73)
77 v	Dinamarca	(75) (77)
78 v	Ilhas Cayman	(77) (75)

DEZ JURISDIÇÕES MENOS COMPLEXAS

AS DEZ JURISDIÇÕES MAIS COMPLEXAS





↑ 1 France

2022 (2)
2021 (2)

A França ocupa o primeiro lugar no GBCI deste ano depois de aparecer na segunda posição após dois anos. Os fatores que tornam a jurisdição o local mais complexo para se fazer negócios incluem o enfoque na preservação de formas tradicionais de trabalho, como o uso do idioma francês, e a manutenção de leis trabalhistas historicamente rígidas que protegem os funcionários.

A França tende a ser uma das primeiras a adotar a legislação internacional, em parte em função de seu papel de vanguarda da UE. A complexidade pode aumentar como resultado da implementação acelerada de novas medidas no país, mas a longo prazo, a França irá se tornar um lugar mais simples e estável, com os investidores sabendo onde estão em comparação com jurisdições que podem ser mais lentas na implementação de padrões globais.

O comprometimento com os padrões franceses também indica que o ambiente corporativo é mais seguro, e organizações e trabalhadores recebem maior proteção do governo. O governo francês continuou fornecendo suporte às empresas durante tempos difíceis, desde a pandemia de Covid-19 até as altas taxas de inflação que estão vigentes no país atualmente. Por exemplo, à medida que os preços da energia aumentam em todo o mundo, o governo francês oferece ajuda para cobrir despesas, principalmente para empresas menores e mais vulneráveis, fornecendo um subsídio crucial em tempos adversos.

Apesar dos desafios legislativos, a França é uma jurisdição muito atrativa para se fazer negócios e, em certas áreas, o governo está avançando no desenvolvimento de processos mais simplificados.



“Embora a França seja um país acolhedor para os negócios, ela também pode representar um desafio para empresas estrangeiras. As leis trabalhistas são particularmente complexas, com grande proteção aos funcionários, o ambiente regulatório é muito rígido e o uso do idioma francês ainda é predominante em muitas áreas, principalmente nas administrações.”

Expert da TMF França

↑ 2 Grécia

2022 (6)
2021 (13)

A Grécia subiu do sexto lugar da edição de 2022, mantendo uma classificação bastante elevada pela complexidade do seu ambiente corporativo. Um fator chave para isso é o número de mudanças na legislação que ocorrem anualmente, principalmente quando se trata da área de contabilidade e impostos.

O país está em meio a um programa de digitalização em larga escala, o que está causando problemas para as empresas que tem que lidar com novas exigências. Por exemplo, a implementação do MyData para fazer a contabilidade exige que todos os registros sobre contabilidade e balanços sejam feitos eletronicamente. Como a Grécia é um caso em que se observam mudanças legislativas mais amplas, as novas exigências de digitalização estão exigindo diferentes prazos com diferentes credenciais e em diferentes plataformas, o que significa que as empresas precisam de tempo para entender e se adaptar aos novos processos. Estes novos processos também estão diminuindo os próprios recursos das autoridades gregas, o que significa que elas demoram mais para responder às perguntas e agendar os compromissos necessários.

Nos próximos anos, um sistema de ponto eletrônico será implementado para os funcionários na Grécia, o que significa que as empresas precisarão investir para implementar esta nova forma de trabalho. É provável que, dada a sua jornada digital e complexidade histórica, a Grécia continue sendo um ambiente desafiador à medida que se adapta às novas exigências. No entanto, espera-se que, a longo prazo, a digitalização simplifique os negócios.



“A Grécia continua sendo um ambiente desafiador para se fazer negócios, especialmente para investidores estrangeiros. Estamos oficialmente no reino da burocracia eletrônica, com centenas de plataformas.”

Expert da TMF Grécia

↓ 3 Brasil

2022 (1)

2021 (1)

O Brasil caiu duas posições com relação a sua posição no ranking do ano passado, mas continua sendo um lugar desafiador para se fazer negócios. Um fator chave para sua complexidade está nos processos contábeis e fiscais na jurisdição. O sistema tributário brasileiro é composto por três estâncias – municipal, estadual e federal – e isso contribui para um ambiente extremamente regulamentado. Além disso, há frequentes mudanças na regulamentação tributária. Para uma empresa entrar no mercado brasileiro, ela precisa compreender esta exigente estrutura e buscar expertise para lidar com o mercado.

Apesar disso, algumas medidas foram tomadas no Brasil para tornar a operação mais simples para as empresas. Nos últimos 12 meses, houve uma simplificação das regras de controle cambial e outras exigências especificamente aplicáveis aos investidores estrangeiros. Somado a isso, para os serviços de fundos, procedeu-se a revisão do enquadramento regulamentar, o que pretende simplificar os processos no futuro. Com o Brasil caminhando em direção à estrutura regulatória de compliance global, os processos e uma legislação consistente devem facilitar o caminho para as empresas que já estão familiarizadas com a regulamentação global.

Apesar de o desafiador ambiente geopolítico estar causando dificuldades para os negócios em todo o mundo, algumas jurisdições como o Brasil tornaram-se mais atrativas para os investidores. Como exemplo disso, muitas empresas que agora não podem operar na Rússia se mudaram para o Brasil.



“O Brasil está cheio de oportunidades para investimentos de longo prazo. Iniciativas de curto prazo serão ainda mais impactadas pela complexidade e burocracia brasileiras.”

Expert da TMF Brasil

↔ 4 México

2022 (4)

2021 (3)

A elevada posição do México se deve principalmente aos processos obrigatórios que estão vigentes na jurisdição. Por exemplo, ainda existem muitas situações em que a presença física é obrigatória, o que pode ser um desafio para negócios internacionais com diretores residindo em outros lugares.

Além disso, a legislação pode ser pouco clara e aberta a interpretações. Por exemplo, em 2022, o México introduziu as exigências de UBO. Quando elas foram apresentadas, houve falta de clareza sobre qual documentação era necessária para as empresas incorporarem. Os notários que aprovam atividades sem a documentação correta estão sujeitos a pesadas multas e sanções, por isso, eles tendem a adotar uma abordagem bastante segura para verificar os documentos necessários. Este processo pode fazer com que as organizações considerem difícil incorporar no México.

O governo mexicano também está enfrentando resistência devido à sua posição com relação a fontes de energia renováveis, assumindo uma posição clara de bloquear o investimento estrangeiro em energia renovável, favorecendo as fontes de energia oriundas de combustíveis mais tradicionais. Esta é uma decisão polarizadora porque o impacto ambiental negativo é compensado pelo apoio financeiro que oferece aos muitos mexicanos que trabalham nas indústrias de combustíveis fósseis.



“Acima de tudo, os investidores precisam confiar no estado de direito. Ele existe e é observado. Eles também precisam estar prontos para passar por um período de estudos sobre os processos e procedimentos para permanecerem em compliance, e precisam se adaptar à maneira de se fazer negócios no México.”

Expert da TMF México



↔ 5 Colômbia

2022 (5)
2021 (4)

Quando empresas estrangeiras entram na Colômbia, pode haver alguma dificuldade inicial para entender como certas leis e regulamentos funcionam. A Colômbia é uma jurisdição altamente regulamentada, portanto, aderir às suas muitas leis é algo fundamental dentro da operação. Por exemplo, ao transferir fundos entre jurisdições, exigências específicas precisam ser atendidas, como preencher um formulário de mercado de câmbio. Depois que as empresas entendem e se familiarizam com este processo, ele deixa de ser muito complexo, mas é um exemplo de como a adaptação para se fazer negócios na Colômbia pode ser inicialmente desafiadora.

Nos últimos 12 meses, Gustavo Petro foi eleito o novo presidente da Colômbia. Petro é vinculado à esquerda, o que gerou certa tensão porque, antes de sua eleição, o governo era alinhado à direita. Além disso, a reforma tributária aprovada em dezembro de 2022 trará complexidade para as organizações que atuam na jurisdição, a medida em que se adaptam às mudanças.

A Colômbia também observou uma desvalorização do peso colombiano, relacionada a questões mais amplas ligadas à inflação. Este fator significou a interrupção dos planos de incorporação de algumas organizações em 2022. No início de 2023, o ambiente financeiro tornou-se mais estável, de modo que as empresas parecem estar retomando os planos de ingressar na jurisdição.



“A Colômbia é um país aberto a investimentos. A regulamentação e os processos podem ser difíceis de entender no início, mas depois de alguns meses, os investidores parecem familiarizados com a complexidade do país e podem lidar com ela adequadamente.”

Expert da TMF Colômbia

↑ 6 Turquia

2022 (7)
2021 (5)

A Turquia continua sendo uma das jurisdições mais complexas para as empresas estrangeiras operarem, em parte devido ao grande número de mudanças legislativas que ocorrem anualmente e ao período relativamente curto permitido para se adaptar a elas.

No ano passado, a economia turca sofreu com hiperinflação e flutuações cambiais, o que é agravado na Turquia com relação aos indicadores globais. A hiperinflação ocorre quando empresas estão tendo dificuldades com a estabilidade de preços e estão tendo que fixar seus preços em uma moeda estrangeira estável e cambiável. Atualmente, faltam políticas fiscais e monetárias estruturadas para ajudar a economia a lidar com estes desafios, fragilizando a confiança das empresas sobre o mercado em que atuam.

A Turquia observou um aumento nas proposições regulatórias globais nos últimos anos. Adaptar-se a estas mudanças está gerando complexidade para as empresas. Embora isso esteja desencadeando desafios no curto prazo, espera-se que, uma vez que os provedores e empresas estejam familiarizados com os novos processos, torne a jurisdição mais atrativa para empresas estrangeiras que desejam operar de forma transparente.

A Turquia terá uma eleição geral no ano que vem, então espera-se que haja alguma tensão política. Isso significa que alguns investimentos importantes podem ser suspensos até que haja um ambiente mais estável.



“Em um ambiente onde a Turquia oferece serviços para multinacionais, e os tomadores de decisão estão fora da Turquia, eles precisam estar cientes das frequentes mudanças na regulamentação e agir rapidamente na adaptação às mudanças necessárias como autoridade signatária.”

Expert da TMF Turquia

↓ 7 Peru

2022 (3)
2021 (24)

O Peru mantém seu lugar entre as jurisdições mais complexas do GBCI devido à burocracia de certos processos, como a necessidade de interações presenciais e múltiplos registros junto a notários públicos para incorporar. Este complicado processo resulta em um período de cerca de 20 dias para que uma entidade se estabeleça no Peru, enquanto nas jurisdições do outro extremo de nosso ranking, a incorporação pode ocorrer em questão de horas.

A agitação política no Peru, incluindo protestos generalizados, gerou incertezas. Apesar das grandes oportunidades e recursos naturais abundantes que o país possui para impulsionar sua economia, a confiança pode estar abalada para as organizações que entram no país. Pode ser necessário mais tempo para reconstruir um senso de estabilidade e atrair IED.

Em função da abundância de recursos naturais no Peru, a sustentabilidade é um tema importante e as práticas de ESG estão se tornando cada vez mais um foco. Por exemplo, dentro da indústria de mineração, grandes minas empregam tecnologia de ponta para trabalhar com formas mais ecológicas de fazer negócios. No entanto, o Peru possui minas ilegais que não são ecologicamente corretas e que também financiam, de certa forma, a agitação política.

O Peru, como muitas outras jurisdições sul-americanas, enfrentou problemas de inflação agravados pela guerra na Ucrânia. O Peru não conseguiu importar tanta ureia como antes da guerra, elevando os preços dentro da jurisdição. Isso demonstra o amplo alcance dos efeitos de uma guerra, afetando diferentes continentes.



“O Peru é um país com foco em indústrias como agricultura, mineração, pesca e serviços de infraestrutura. É preciso ter em mente a situação política, mas existem muitas oportunidades, a economia está forte e os negócios continuam acontecendo.”

Expert da TMF Peru

↔ 8 Itália

2022 (8)
2021 (15)

A Itália continua figurando na extremidade complexa dos rankings do GBCI, em grande parte devido ao seu complexo sistema regulatório, que muda frequentemente e é conhecido pela ineficiência de alguns processos. Em função das frequentes mudanças na regulamentação, muitas vezes há espaço para interpretações e falta de entendimento sob a perspectiva das autoridades, criando desafios para as empresas.

As áreas de folha de pagamento e recursos humanos são particularmente complexas na Itália. A lei trabalhista favorece muito os funcionários e é bastante oneroso para as empresas demitirem funcionários com desempenho insatisfatório. As empresas são orientadas a buscar assessoria jurídica antes de iniciar o processo, uma vez que os sindicatos estão cada vez mais envolvidos.

Além disso, os empregadores italianos são particularmente afetados pelos movimentos de “resignação em massa”. Muitas empresas estão sentindo a pressão e tiveram que investir na retenção de funcionários para compensar o aumento do desgaste. O impacto desta medida foi maior na Itália do que em outras jurisdições devido aos seus salários tradicionalmente mais baixos. Nos próximos anos, não há expectativa de que as leis trabalhistas sejam simplificadas, portanto, as complexidades de RH e folha de pagamento persistirão.

Apesar das complexidades para as empresas que operam na Itália, como a terceira economia mais importante da UE, o país possui muitas vantagens, como sua localização geográfica como um importante centro de remessas e ponto de entrada para o Mercado Comum Europeu.



“A Itália tem um elevado grau de industrialização, com apenas a Alemanha produzindo mais dentro da Europa. Os investimentos em P&D são comparativamente altos e a infraestrutura é muito bem desenvolvida. Devido ao alto grau de inovação e à tradicional alta qualidade dos produtos e serviços italianos, muitas empresas conseguiram alcançar excelentes posições no mercado global.”

Expert da TMF Itália



↔ 9 Bolívia

2022 (9)

2021 (8)

A Bolívia é considerada um lugar complexo para se fazer negócios devido ao seu foco na localização. As autoridades exigem que certos processos sejam firmados em espanhol, o que pode servir como uma barreira para as empresas estrangeiras, uma vez que precisar encontrar um parceiro local ou um tradutor para fornecer suporte.

Há também a exigência de presença física local. Uma sociedade anônima operando no país deve ter um cidadão boliviano ou legalmente residente dentro do conselho de administração e como representante legal da empresa. Isso aumenta a complexidade para empresas estrangeiras que querem entrar na jurisdição e não possuem vínculos locais durante o processo de incorporação, precisando nomear novos membros da equipe sênior para atender a esta exigência.

As normas contábeis bolivianas também exigem que as empresas mantenham seus registros na moeda local – o boliviano. Não é uma moeda comumente utilizada por empresas internacionais, então este ponto pode causar problemas. Os demonstrativos financeiros também devem ser assinados pelo mesmo contador que mantém as contas, o que torna o processo ainda mais localizado.

Este foco em manter os negócios localmente também se estende à força de trabalho. Nenhuma empresa na Bolívia pode ter mais de 15% de funcionários estrangeiros em sua folha de pagamento. Esta medida prioriza empregar bolivianos em vez de estrangeiros, o que é algo positivo para os bolivianos que residem no país, mas pode causar problemas para as organizações estrangeiras que possuem uma força de trabalho mais internacionalizada.



“A Bolívia está no coração da América do Sul. As empresas estrangeiras podem considerá-la um país estratégico para escoar e distribuir seus produtos para o restante daquela região.”

Expert da TMF Bolívia

↑ 10 Argentina

2022 (12)

2021 (7)

Fazer negócios pode ser algo complexo para empresas estrangeiras na Argentina por diferentes motivos. Por exemplo, a incorporação pode ser bastante complexa e lenta devido à necessidade de diferentes pontos de interação com as autoridades.

As regras e regulamentos na Argentina também mudam regularmente, o que pode gerar complexidade para as empresas que precisam se adaptar a novas formas de trabalho. A jurisdição adota uma abordagem tradicional para fornecer suporte aos funcionários, o que, apesar de ser algo positivo para os trabalhadores, pode criar dificuldades para as empresas que precisam atender a certas exigências rigorosas.

A expressiva inflação dos últimos anos aumentou ainda mais a complexidade na Argentina. A jurisdição historicamente enfrentou hiperinflação, de modo que as atuais condições econômicas globais agravaram esta taxa de inflação para um impressionante índice de 95%. Consequentemente, as empresas precisam ajustar os salários várias vezes ao ano. As empresas precisam reconfigurar frequentemente a folha de pagamento, contratos e outras documentações dos funcionários, processos que podem ser demorados e onerosos.

Apesar da complexidade que a inflação traz, a guerra na Ucrânia também gerou oportunidades para a Argentina. A jurisdição está trabalhando para se tornar mais autossuficiente para combustíveis e planeja se tornar exportadora no futuro. Portanto, é provável que a economia da Argentina seja impulsionada à medida que trabalha para atender à demanda global por combustíveis gerada pelo conflito na Europa.



“A Argentina é um mercado muito complexo, mas cheio de oportunidades. É um mercado de 45 milhões de pessoas e com grande potencial em lítio, petróleo, mineração, energia renovável e agronegócio. Possui um grande mercado industrial e a presença direta de muitas empresas multinacionais.”

Expert da TMF Argentina

CONTABILIDADE E IMPOSTOS

A digitalização contábil e fiscal continua crescendo e as regras estão se tornando mais rigorosas – mesmo em jurisdições onde fazer negócios é, normalmente, mais simples.





A complexidade está em alta

O setor de contabilidade e impostos é fundamental para as operações corporativas em todo o mundo. Ele pode contribuir para a complexidade geral de se fazer negócios, devido ao ônus de sua administração e às exigências de relatórios associados. Eles também podem implicar em ameaças de consequências tão graves quanto a rescisão forçada das operações ou até mesmo encarceramento, em casos de contravenções ou negligências. Trabalhar corretamente nestas áreas é uma parte crucial para o sucesso de qualquer negócio global.

No entanto, estas duas áreas estão se tornando mais complexas ano após ano. Em 2020, 40% dos experts em contabilidade e impostos da TMF Group em todo o mundo afirmaram que previam que o compliance se tornaria mais complexo nos próximos cinco anos. Este índice cresceu de maneira contínua, atingindo a marca de 45% em 2023, demonstrando que muitas organizações estão enfrentando uma carga operacional maior do que há três anos – e que ela pode se tornar mais onerosa nos próximos anos.

As regras estão se tornando mais restritivas

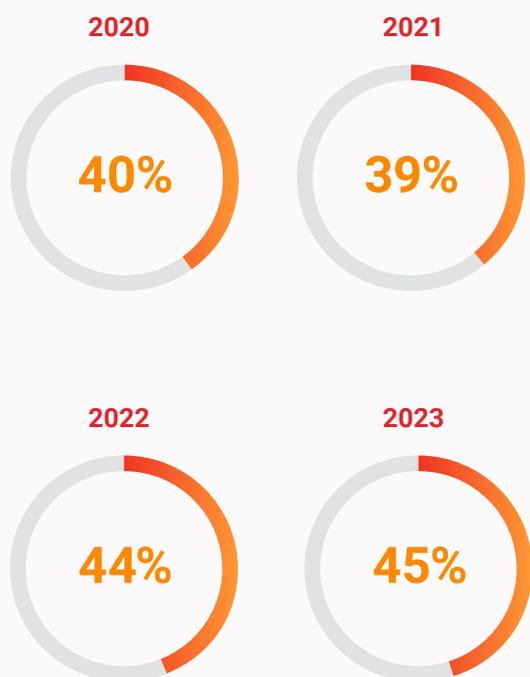
Anualmente, as regras contábeis e fiscais estão se tornando mais restritivas. Um exemplo disso é que agora é menos comum poder fazer negócios sem estar registrado junto às autoridades fiscais relevantes: isso só é possível em 13% das jurisdições em todo o mundo em 2023. Este número inclui jurisdições como as Ilhas Cayman e os EUA, onde fazer negócios é normalmente mais simples e os governos trabalham ativamente para tornar as etapas de incorporação e operação corporativa o mais simples possível.



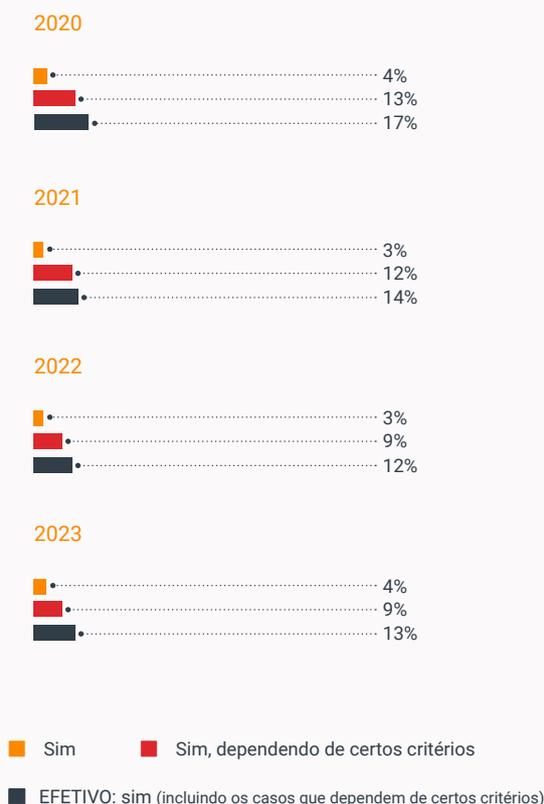
“A necessidade de executar uma auditoria para algumas entidades, como as de fundos privados que foi introduzida nos últimos anos, pode ser uma complicação adicional imprevista para alguns clientes.”

Expert da TMF Group, Ilhas Cayman

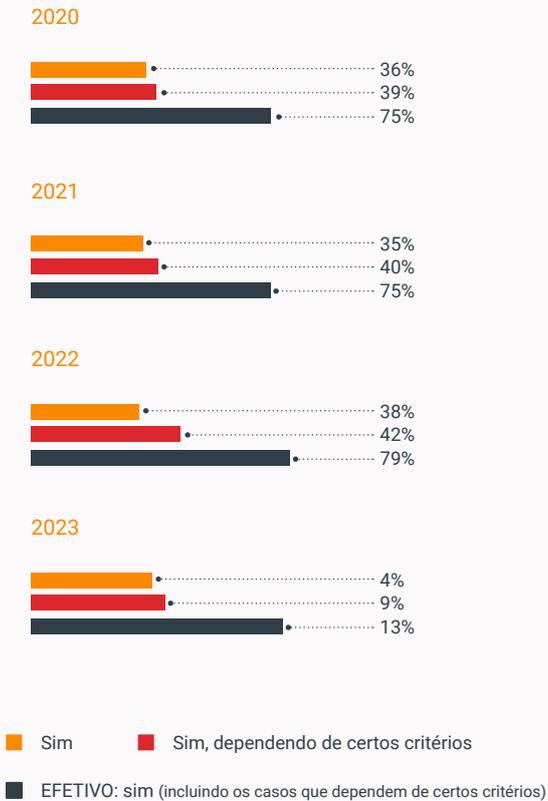
Concordância de que nos próximos cinco anos o setor de contabilidade e impostos será mais complexo



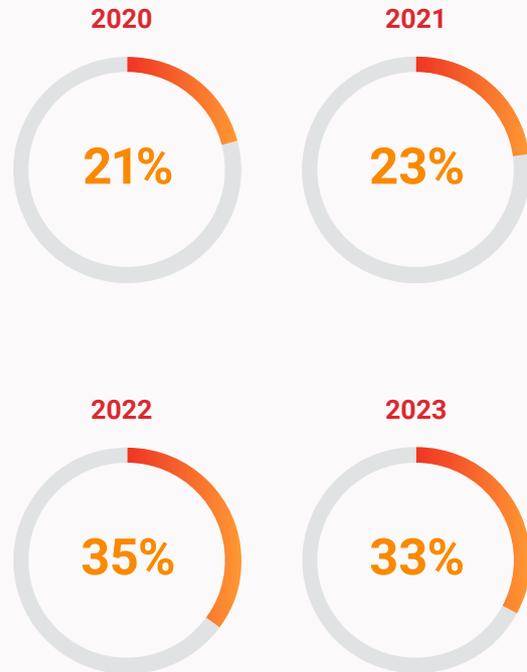
Capacidade de fazer negócios sem estar registrado junto às autoridades fiscais relevantes



Exigências para se obter uma licença comercial local antes de começar a operar



Necessidade de que o representante fiscal/legal de uma entidade seja um cidadão local



Nenhum tipo de imposto corporativo é cobrado nas Ilhas Cayman, a título de exemplo, portanto, a administração tributária para empresas estabelecidas localmente é menos complexa. Dito isto, recentemente foram introduzidas exigências adicionais de auditoria relacionadas a fundos nas Ilhas Cayman, o que significa que existem outras áreas de administração corporativa com maiores ônus.

Agora também é mais comum que as jurisdições determinem a necessidade de obter uma licença comercial

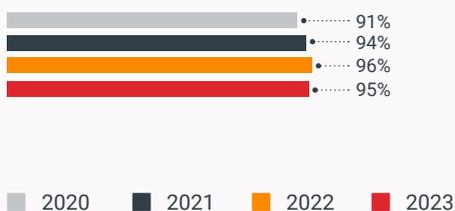
antes de começar a operar e de executar auditorias fiscais. Em 2023, as empresas precisarão ser auditadas em 95% das jurisdições em todo o mundo, um dado que demonstra que, na grande maioria dos mercados, é inevitável aderir aos padrões contábeis e fiscais.

Alguns aspectos locais de contabilidade e impostos estão em ascensão

Aspectos locais da administração contábil e fiscal estão se tornando mais característicos dentro das jurisdições, exigindo que aqueles que ocupam determinados cargos ou desempenham determinadas funções dentro de uma empresa estejam localmente presentes ou sejam cidadãos do país em questão. Isso pode ser complexo para organizações multinacionais que buscam eficiência ou redução de custos por meio da centralização contábil e fiscal, ou para aquelas em que os diretores e consultores fiscais e contábeis seniores estão em outro lugar do mundo.

Desde 2020, mais jurisdições exigem que o representante fiscal ou legal de uma entidade seja um cidadão local. Esta determinação pode fazer com que as organizações façam uma contratação emergencial de um funcionário com o conhecimento ou as qualificações necessárias nessas jurisdições ou considerar a realocação de funcionários seniores, o que normalmente incorre em custos adicionais.

Auditoria de contas



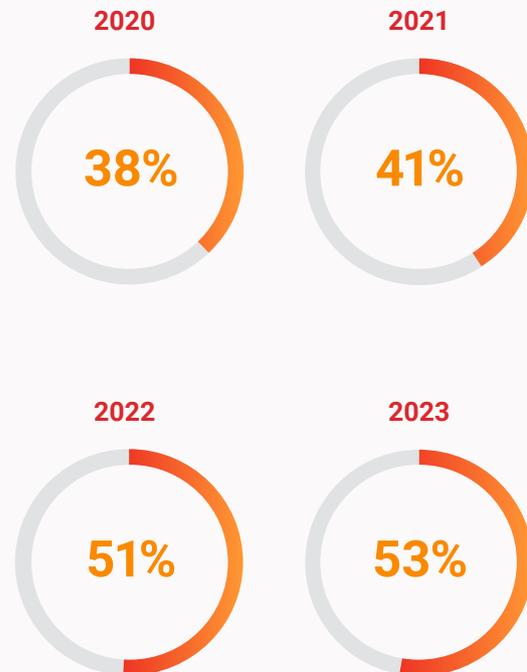
É obrigatório ter contas auditadas para algumas/todas as empresas



Capacidade de manter registros fiscais no exterior (como em um centro de serviço compartilhado)



A emissão de notas fiscais em formato eletrônico é obrigatória?



É obrigatório emitir notas fiscais em formato eletrônico para, pelo menos, algumas empresas

Também é menos comum em 2023 que as jurisdições permitam a manutenção de registros contábeis no exterior, como em um centro de serviços compartilhados. Isso pode gerar complexidade para empresas internacionais, pois elas não conseguiriam armazenar registros contábeis de várias jurisdições em um mesmo local. Na Bolívia, por exemplo, os registros contábeis devem ser mantidos localmente, de acordo com os padrões contábeis bolivianos e utilizando a moeda local. Os contadores devem ser nomeados com base nas recomendações do Serviço de Impostos Nacionais (Servicio de Impuestos Nacionales). Desta forma, não é simples adaptar e replicar processos contábeis ou fiscais utilizados em outros locais. A complexidade local pode apresentar peculiaridades que podem gerar incômodo para empresas internacionais.

A digitalização pode tornar as coisas mais simples ou mais complexas

Nos últimos anos, mais jurisdições adotaram uma abordagem de digitalização de processos contábeis e fiscais. Por um lado, isso pode simplificar processos ou, possivelmente, gerar oportunidades para automação ou maior escalabilidade. No entanto, a adoção de novos procedimentos ou a adaptação ao uso de novos softwares, portais ou formas de trabalhar também pode representar

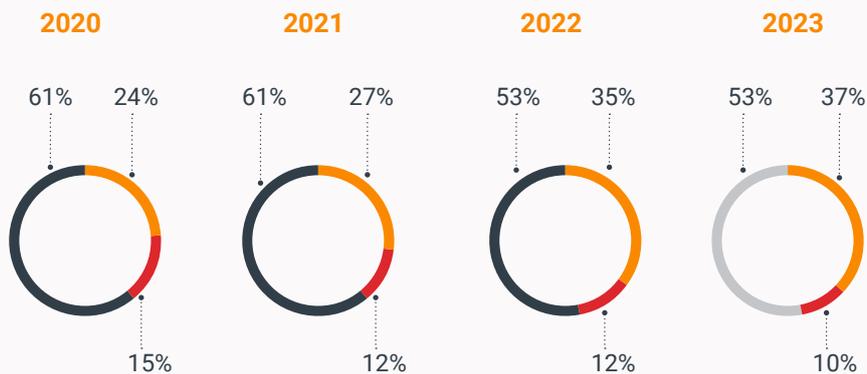
complexidade para as empresas, que buscam atender necessidades cada vez mais tecnológicas.

Desde 2020, tornou-se cada vez mais comum que os governos exijam a emissão e o upload de notas fiscais digitalmente. Por exemplo, em 2020, apenas 38% das jurisdições exigiram que pelo menos algumas organizações emitissem notas fiscais eletronicamente, um índice que aumentou para 53% em 2023. Da mesma forma, em 2020, apenas 24% das jurisdições exigiram que todas as organizações fizessem o upload de notas fiscais em uma plataforma do governo, um número que aumentou para 37% em 2023.

Este movimento em direção à digitalização é uma tendência que está aumentando a cada ano e deve permanecer. Os governos em todo o mundo enxergam a digitalização como um caminho a ser seguido, e a maioria deles tende a abandonar os registros impressos.

No entanto, certas jurisdições ainda utilizam esta abordagem mais tradicional para processos contábeis e fiscais, como o Egito, onde o arquivamento de uma cópia impressa ainda é obrigatório. Assim sendo, encontros presenciais com as autoridades ainda são necessários para concluir alguns processos, um fato que gera complexidade para as organizações internacionais, uma vez que precisam ter presença local nas jurisdições para poderem operar.

É obrigatório fazer o upload de notas fiscais em uma plataforma do governo?



EFETIVO 39% 39% 47% 47%

Pelo menos ALGUMAS empresas são obrigadas a fazer o upload das notas fiscais em uma plataforma do governo

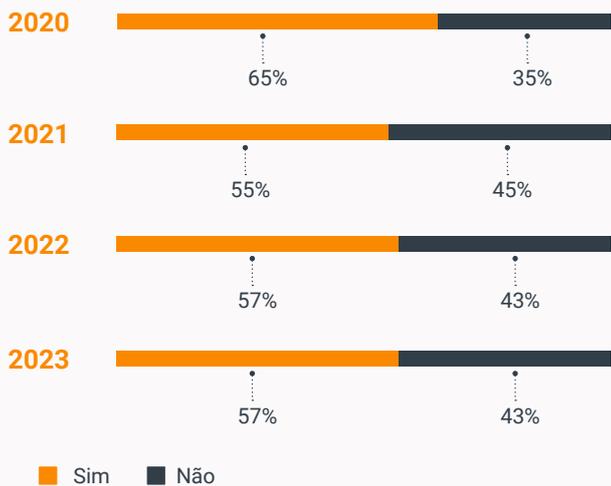
- Sim, todas as empresas são obrigadas a fazer o upload das notas fiscais em uma plataforma do governo
- Sim, dependendo de alguns critérios, as empresas são obrigadas a fazer o upload das notas fiscais em uma plataforma do governo
- Não



“Eu diria que a cobrança eletrônica será muito complexa nos primeiros dois anos, mas futuramente será muito melhor. Será mais fácil – e um sonho para os contadores. Mas a implementação, no início, com certeza será um pesadelo.”

Expert da TMF França

Concordância de que é fácil personalizar o software de contabilidade de acordo com as exigências locais de contabilidade



Por outro lado, a digitalização também pode gerar sua própria complexidade. Por exemplo, está se tornando mais difícil personalizar softwares de contabilidade de acordo com as exigências locais, com 43% dos experts nas jurisdições destacando que não é algo simples de ser feito, contra um índice de 35% em 2020. Isso demonstra que, à medida que a digitalização se torna mais integrada globalmente, as organizações podem enfrentar desafios para ajustar seus softwares de contabilidade e impostos de acordo com o que é exigido localmente.

A complexidade também pode ser resultante do período de transição, à medida que as jurisdições avançam em direção a processos digitais. Por exemplo, na Romênia, uma nova legislação digital e exigências de compliance, como o SAF-T, faturamento eletrônico e o e-transport, foram introduzidos sem planejamento e preparação adequados. As empresas podem ter dificuldades para se adaptar às novas, e por vezes pouco claras, formas de trabalhar.

A França, tida como a jurisdição mais complexa no GBCI 2023, introduziu o “Guichet Unique” em 2022, que tem por objetivo criar um “balcão único” para empresas que incorporam e operam na França. Embora, a longo prazo, este serviço online sirva para simplificar o processo de se fazer negócios na França, alguns problemas iniciais foram relatados, demonstrando que certos ajustes poderão resultar em trabalho adicional. A partir de 2024, o governo francês pretende começar a introduzir a implementação do faturamento eletrônico, o que também pode gerar alguma complexidade inicial.

Os governos podem oferecer suporte para aliviar a complexidade

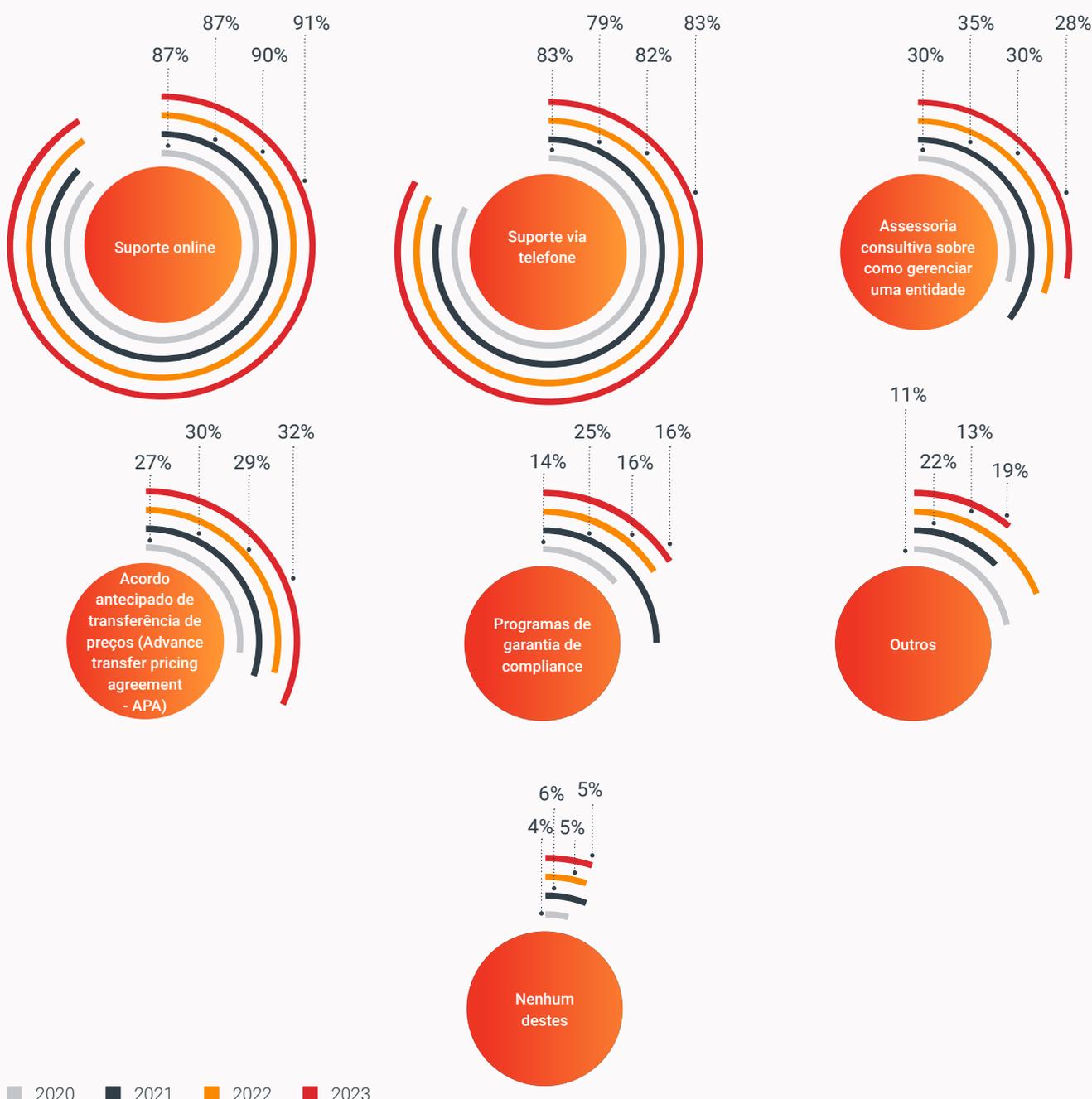
Devido ao aumento da complexidade contábil e fiscal observada em várias jurisdições, os governos estão adotando uma abordagem assistencialista para ajudar as organizações a atenderem às demandas, como a abertura de canais online de suporte de e orientação para que as empresas possam permanecer em compliance.

Em 2023, apenas 5% das jurisdições em todo o mundo não oferecem algum tipo de orientação para que as empresas permaneçam em compliance. Por exemplo, na Grécia,

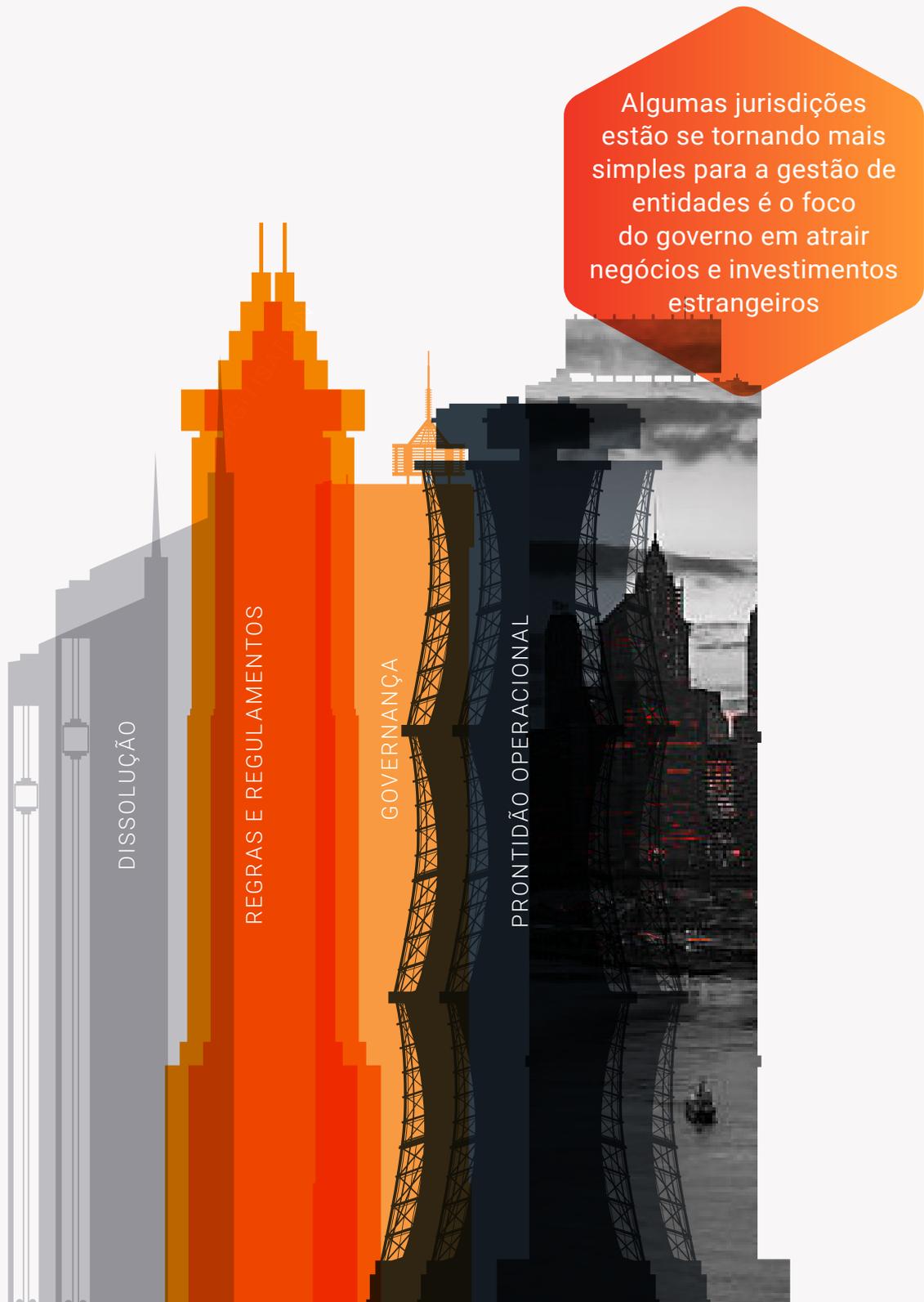
uma das jurisdições mais complexas em 2023 para o setor de contabilidade e impostos, não oferece suporte. As autoridades podem levar meses para responder às perguntas, tornando a manutenção do compliance algo mais desafiador para as empresas.

Apesar de alguns desafios locais, a abordagem assistencialista que a maioria dos governos está adotando agora em todo o mundo funciona para combater a crescente complexidade do setor de contabilidade e impostos. Com o contínuo endurecimento da legislação, o aumento da digitalização e a sempre presente tensão entre as abordagens locais e internacionais, será interessante observar como o setor se desenvolverá nos próximos anos.

Orientação por parte das autoridades locais

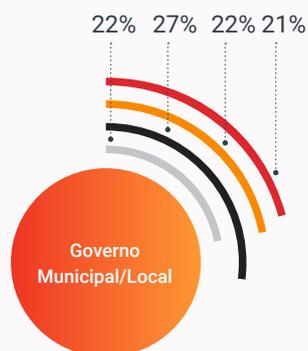
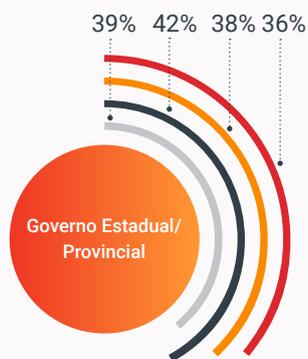
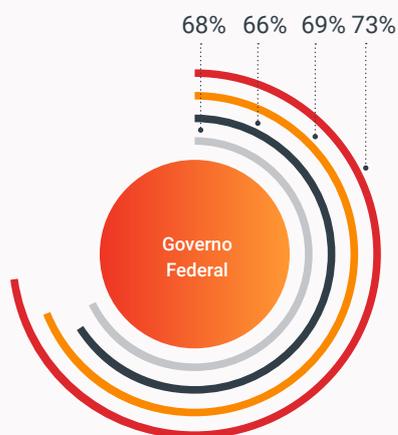


GESTÃO GLOBAL DE ENTIDADES





Contato necessário com diferentes níveis de governo para incorporação



2020 2021 2022 2023

A incorporação e a operação dos negócios permaneceram estáveis em 2022

Globalmente, as etapas que uma empresa estrangeira precisa seguir para se incorporar a uma jurisdição permaneceram estáveis em comparação com o ano passado. Este dado inclui o tempo para constituir uma empresa, o número de órgãos em que se deve registrar e o tipo de agrupamento profissional.

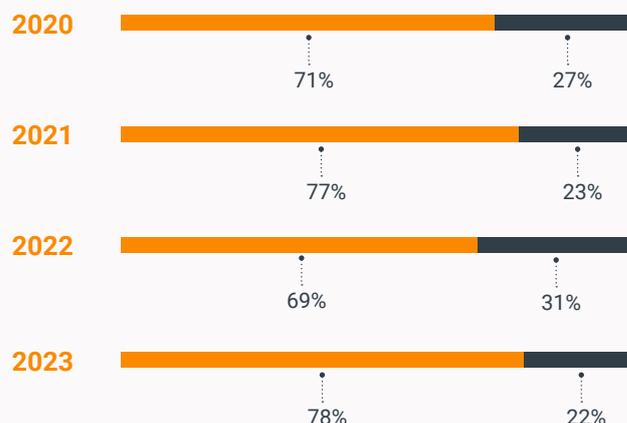
Houve um ligeiro aumento no número de jurisdições que exigem algum tipo de contato com o governo federal durante a incorporação, passando de 68% em 2020 para 73% em 2023. Esta tendência permaneceu estável ao longo dos anos na América do Norte, enquanto na América do Sul e a EMEA observaram aumentos. Curiosamente, na APAC, o número de jurisdições que exigem que as empresas entrem em contato com o governo durante a incorporação diminuiu de 86% em 2020 para 57% em 2023.

Mais governos tentam atrair negócios por meio de iniciativas como a digitalização

Há evidências de que a gestão de entidades está se tornando mais simples em alguns lugares e de algumas formas, como por meio do aumento da digitalização, e mais difícil em outros, com maior burocracia em alguns locais.

Observamos uma tendência contínua para as jurisdições moverem processos de incorporação e outros elementos operacionais online, facilitando as coisas para empresas estrangeiras. Desde 2020, há mais jurisdições onde

Os envios oficiais junto às autoridades são feitos eletronicamente ou pela internet?



Sim Não

os envios oficiais junto às autoridades são feitos eletronicamente ou pela internet, passando de 71% em 2020 para 78% em 2023.

Na Colômbia, com toda a documentação necessária, o registro online de novas entidades nas Câmaras de Comercio pode ser concluído em três dias, o que contraria a histórica tendência das jurisdições sul-americanas. Da mesma forma, no Vietnã, a maioria das autoridades criou sistemas online oficiais para fazer upload e atualizar novos regulamentos e melhores práticas, bem como conduzir procedimentos de licenciamento, o que criou um processo mais prático e transparente para empresas estrangeiras.

Os governos promovem iniciativas para aumentar o IED apesar da desaceleração econômica global

Outro motivo pelo qual algumas jurisdições estão se tornando mais simples para a gestão de entidades é o foco do governo em atrair negócios e investimentos estrangeiros. Mesmo em jurisdições onde operar é algo tradicionalmente complexo, como na França, os governos têm tomado iniciativas para atrair entidades estrangeiras.

Nossos experts na Malásia observam que, dadas as possibilidades de uma desaceleração global em 2023, o novo governo anunciou que a restauração da confiança dos investidores e o aumento do IED estão entre suas principais prioridades. As medidas incluem o estabelecimento de um arranjo especial de investimento para atrair mais investimentos de alto valor agregado que gerarão oportunidades de emprego com salários mais altos.



“De modo geral, o direito societário na França tornou-se mais voltado para o consumidor e para o cidadão, ao mesmo tempo em que tenta melhorar a atratividade do país para os negócios. Nos últimos anos, o direito societário francês tem sido regido por duas tendências fundamentais: a modernização e a simplificação, por um lado, e o combate à corrupção e às fraudes, por outro.”

Expert da TMF França

ESTUDO DE CASO

A facilidade de se fazer negócios na Índia

Em 2020, a Índia ficou em 18º lugar no GBCI – este ano ocupa o 33º lugar. O governo indiano tomou medidas nos últimos anos para incentivar empresas estrangeiras a investir e fazer negócios na jurisdição, dentre elas a iniciativa “Make in India”, lançada em 2014. Desde então, o governo continuou fortalecendo a iniciativa, com medidas como a reforma legislativa e o fornecimento de diretrizes e regulamentos para reduzir a carga de compliance.



“A dificuldade de compliance com as regras e regulamentos foi reduzida por meio da simplificação, racionalização, descriminalização e digitalização, tornando a Índia um lugar mais fácil de se fazer negócios.”

Expert da TMF Índia

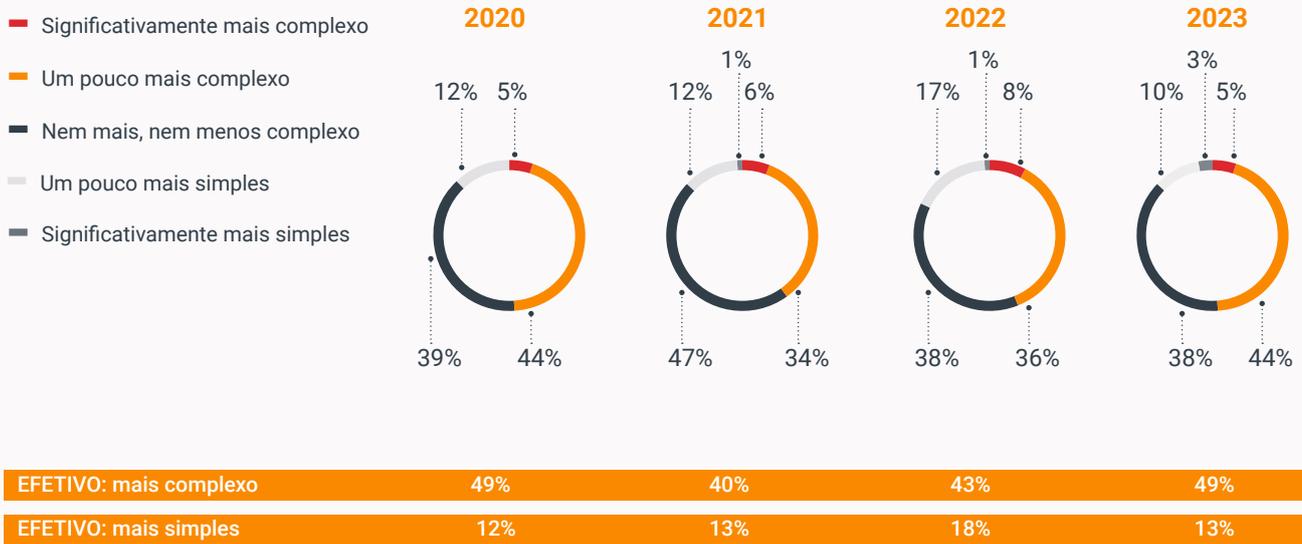
Espera-se que as recentes emendas à legislação concentradas em facilitar a incorporação e a operação na Índia continuem reduzindo a complexidade no futuro. Por exemplo, em menos de uma década, cerca de 1.500 leis redundantes foram revogadas e foram reduzidas 250.000 exigências de compliance pelo governo.

A Índia testemunhou um aumento no fluxo de IED para a jurisdição nos últimos anos, um resultado do processo de tornar seu ambiente de compliance mais propício aos negócios. De acordo com os experts da TMF Group, as autoridades indianas estão “empenhadas em um modelo de governo mínimo e uma governança máxima”.

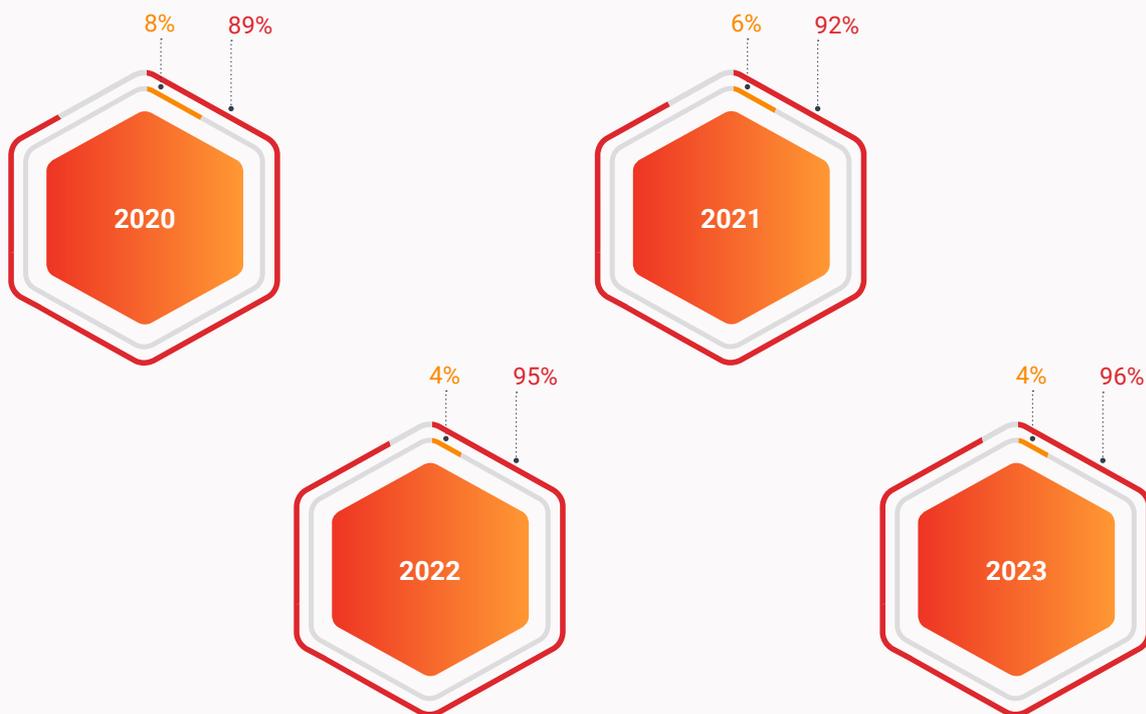
O aumento das exigências regulatórias globais pode aumentar a complexidade, especialmente ao abrir uma conta bancária

Embora observemos algumas jurisdições caminhando em direção a um processo de incorporação simplificado para empresas estrangeiras, aproximadamente metade (49%) dos experts da TMF Group preveem que a gestão de entidades se tornará mais complexa nos próximos cinco anos.

Regras, regulamentos e penalidades – previsão de complexidade para os próximos cinco anos



Adotar o modelo 1/2 de relatórios da FATCA e/ou a troca de informações de acordo com o CRS é obrigatório para instituições financeiras?



■ Sim, as instituições financeiras exigem relatórios seguindo o modelo 1 ou 2 da FATCA E/OU troca de informações de acordo com o CRS
 ■ Não

Os maiores aumentos regionais anuais de complexidade são observados na APAC, onde o índice foi de 14% em 2022 para 43% em 2023. Na Austrália, por exemplo, o compromisso do governo de introduzir um registro público de UBO provavelmente aumentará a profundidade dos dados exigidos de empresas estrangeiras que operam localmente.

O aumento da adoção de exigências de compliance global tornará a gestão de entidades mais complexa a nível local, ao mesmo tempo em que tornará as jurisdições mais atrativas para se fazer negócios, graças à sua maior transparência.

Em Hong Kong, a tendência de intensificar as verificações de due diligence, exigências de KYC e monitoramento de transações aumentou significativamente a carga sobre o due diligence do cliente, bem como o monitoramento contínuo de atividades para provedores de serviços corporativos. Isso se traduz em uma necessidade de mais recursos e esforços para que as empresas permaneçam em compliance.

A quantidade de jurisdições em que as empresas são obrigadas a enviar relatórios seguindo a Lei de Conformidade Tributária de Contas Estrangeiras (Foreign Account Tax Compliance Act – FATCA) e de acordo com o Padrão Comum de Relatórios (Common Reporting Standard – CRS) da OECD vem aumentando ano a ano, chegando próximo ao número total de jurisdições (96%) em 2023.

Abrir uma conta bancária é algo que gera complexidade em um número crescente de jurisdições. Na Áustria, por exemplo, abrir e operar contas bancárias tornou-se mais complicado devido às maiores exigências de KYC e monitoramento por parte dos bancos.

Nos últimos anos, o tempo necessário para abrir uma conta bancária no exterior aumentou em muitos locais no mundo. Em 2020, o tempo médio foi inferior a um mês em 65% das jurisdições, com apenas 44% delas alegando o mesmo em 2023.

Expectativa de que os investimentos estrangeiros nas jurisdições continuem aumentando

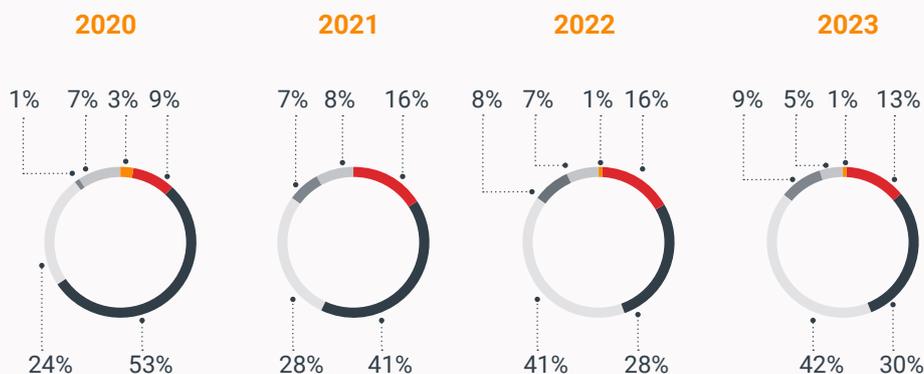
Embora haja uma expectativa de que a gestão de entidades se torne mais complexa globalmente nos próximos anos, 80% dos experts da TMF Group ainda acreditam que haverá um aumento no investimento em sua jurisdição nos próximos cinco anos. Este número representa uma diminuição em comparação com as expectativas gerais de aumento de IED da pesquisa do ano passado (87%), mas ainda representa bastante otimismo.

Regionalmente, este posicionamento é verificado com maior intensidade na América do Norte (93%) e menos na América do Sul (56%). Isso demonstra que, apesar do aumento do compliance global e das complexidades que o acompanham, as jurisdições ainda podem ser locais atrativos para se fazer negócios.



Tempo médio para abrir uma conta bancária no exterior

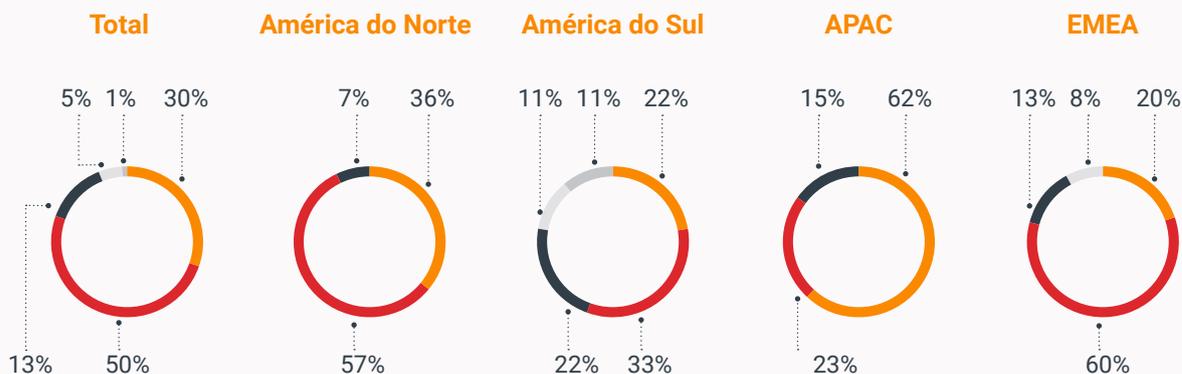
- Até uma semana (0.1)
- 2 a 3 semanas (0.4)
- Cerca de um mês (1.0)
- 2 a 3 meses (2.5)
- 4 a 6 meses (5.0)
- Mais de 6 meses (7.5)



EFETIVO: Menos de um mês	65%	57%	45%	44%
EFETIVO: Mais de um mês	35%	43%	55%	56%

Perspectivas de investimento para os próximos cinco anos

- Haverá um aumento significativo de investimento
- Haverá um pequeno aumento de investimento
- Não haverá mudança
- Haverá uma pequena diminuição de investimento
- Haverá uma diminuição significativa de investimento



EFETIVO: Aumento	80%	93%	56%	85%	80%
EFETIVO: Diminuição	7%	0%	22%	0%	8%

FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS



O aumento das exigências de relatórios, as proteções ao funcionário e a provisão de benefícios aumentam a complexidade para as empresas.

Menores interferências em benefícios progressivos

Os principais benefícios legalmente exigidos para todos os funcionários contratados permanecem uniformes em todo o mundo. O salário-mínimo e as férias remuneradas são obrigatórios em mais de 90% das jurisdições, enquanto a licença maternidade remunerada e as licenças pagas com atestado médico permaneceram com um índice consistentemente alto desde 2020. Já que os benefícios básicos como salário-mínimo e férias remuneradas são tão universalmente aceitos, eles não aumentam, necessariamente, a complexidade da mesma forma que as outras áreas, mas exigem que as empresas entendam as diferenças nas políticas e se adaptem a cada uma delas.

Desde 2020, as indenizações por desligamento aumentaram progressivamente como exigência legal, passando de 84% em 2020 para 88% em 2023. Durante as crises globais recentes, como a pandemia da Covid-19

e a da inflação, as jurisdições têm aumentado o apoio aos funcionários que foram demitidos. Por exemplo, em Portugal, os trabalhadores agora têm direito a um maior valor de indenização por desligamento. Isso aumenta a



“Foi assinado um acordo de rendimentos entre o governo, as confederações patronais e os sindicatos, que prevê o aumento da indenização por desligamento coletivo e individual dos trabalhadores contratados de 12 para 14 dias de salário por ano de trabalho.”

Expert da TMF Portugal

Benefícios legalmente exigidos para funcionários contratados

■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023

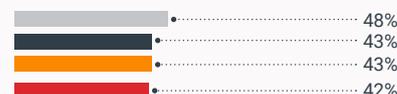
Salário-mínimo



Pagamento de horas extras



Licença maternidade/paternidade compartilhada



Férias/folgas remuneradas



Licença paternidade remunerada



13º salário/bônus



Licença maternidade remunerada



Convênio médico



Licença pessoal



Indenização por desligamento



Fundo de pensão



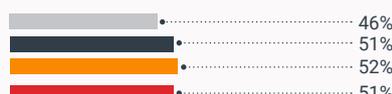
Subsídio para creche



Licenças pagas com atestado médico



Licença por luto



Contribuições habitacionais/de assistência social



segurança para os trabalhadores, mas aumenta também o comprometimento financeiro dos empregadores.

Benefícios progressivos, como contribuições habitacionais e de assistência social, também estão se tornando mais comuns. Em 2020, este tipo de benefício era legalmente exigido em 13% das jurisdições, em 2023, este número subiu para 23%. Pode ser complexo para as organizações atender a estas demandas crescentes ou mais diversificadas.



“A legislação social está em constante evolução, com diferentes subcomitês por setor aplicando diferentes conjuntos de regras, incluindo cálculos complexos de férias remuneradas, horas extras, cálculos de benefícios e obrigações específicas de elaboração e relatórios.”

Expert da TMF Bélgica

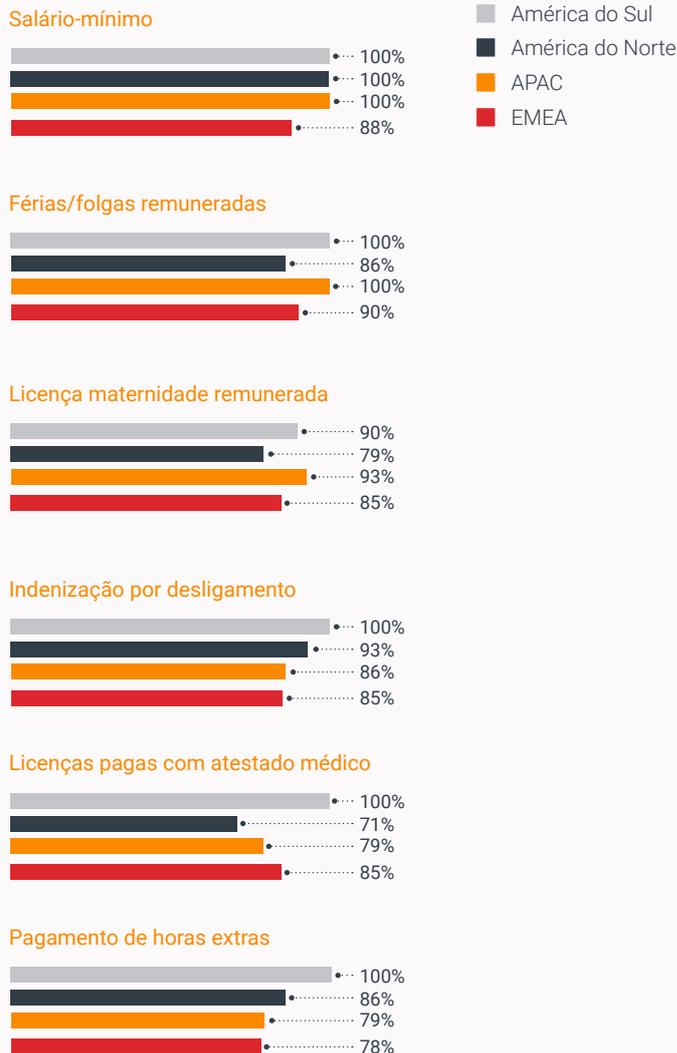
Subsídios para creche também se tornaram uma exigência cada vez mais comum, aumentando de 16% em 2020 para 29% neste ano. Novos e mais progressivos benefícios refletem um foco crescente em apoiar e proteger os funcionários. O custo e a complexidade para os empregadores, no entanto, podem ser equilibrados tornando o ambiente de trabalho mais atrativo e ajudando na retenção de talentos.



“Um bom entendimento, ou uma boa orientação, deve ser assegurado a fim de cumprir todas as exigências do empregador, antes de iniciar as operações comerciais.”

Expert da TMF Guatemala

Benefícios legalmente exigidos para funcionários contratados



A América do Sul adota uma postura mais protecionista com relação aos funcionários

As jurisdições da América do Sul são as que mais exigem benefícios para funcionários contratados.

Nas jurisdições sul-americanas, certos benefícios são incorporados à cultura trabalhista. Por exemplo, o 13º salário ou bônus está em vigor em 80% das jurisdições. Embora possa ser algo mais complexo para empresas estrangeiras entrar em algumas jurisdições devido a estes benefícios, eles estão incorporados à cultura corporativa nestes locais, portanto, geralmente são permanentes e fáceis de planejar.

Maior foco e transparência globais nos relatórios

Além de um aumento nos benefícios globalmente desde 2020, houve um aumento nas exigências de relatórios que visam aumentar a transparência e a igualdade nos negócios.

O maior aumento na exigência de relatórios está na demografia dos funcionários, crescendo de 28% em 2020 para 49% em 2023. As exigências por relatórios relacionados à disparidade salarial entre homens e mulheres ou de pessoas com deficiência também aumentaram. Em 2020, este tipo de levantamento foi obrigatório em 9% das jurisdições, subindo para 23% em 2023. Estes aumentos demonstram um foco crescente na diversidade, equidade e inclusão (DE&I), com os governos tentando cada vez mais garantir que os empregadores sejam responsáveis por formar uma força de trabalho que seja representativa como um todo.

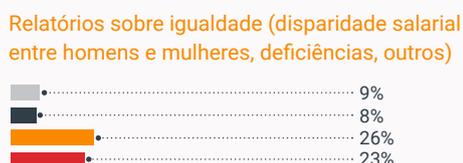
Este foco na igualdade dos funcionários é positivo para os trabalhadores, mas pode consumir muito tempo para as empresas que se deparam com a carga adicional de relatórios. No entanto, muitas vezes pode ser do interesse corporativo: cada vez mais organizações estão descobrindo que os pedidos de propostas (Request for proposal – RFPs)



“Em comparação com muitas outras jurisdições, estamos fazendo um trabalho muito bom em prol da igualdade dentro do local de trabalho. Há muitas coisas que são feitas para pessoas com deficiência, para mulheres, para o meio ambiente e com foco na responsabilidade social. Estamos em um ambiente de proteção, de modo que as práticas ESG são, obviamente, muito importantes.”

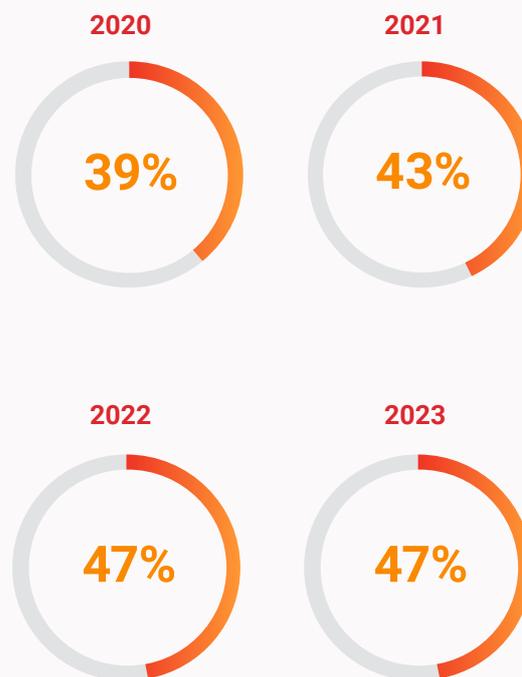
Expert da TMF França

Relatórios exigidos pelas autoridades governamentais



solicitam informações sobre o comprometimento com o DE&I; portanto, ainda que os relatórios possam gerar alguma complexidade, eles também podem deixar as organizações preparadas enquanto se luta por sociedades mais justas.

Aviso prévio para demissão de funcionário com baixo desempenho



Os direitos trabalhistas e o suporte aos funcionários aumentam a cada ano

Atualmente, quase metade (47%) das jurisdições exige que as organizações notifiquem os funcionários com baixo desempenho com, pelo menos, um mês de antecedência ao rescindir o contrato de trabalho, um salto com relação aos 39% em 2020. Agora também há mais fatores a considerar ao demitir um funcionário com baixo desempenho. Por exemplo, em 2020, para apenas 38% das jurisdições, a senioridade em que o funcionário se encaixa foi um fator considerado dentro do período de demissão de funcionários com baixo desempenho, um índice que cresceu para 49% em 2023.

É cada vez mais desafiador demitir um funcionário sem citar um motivo. Em 2020, 29% das jurisdições permitiram a demissão de funcionários sem um motivo específico, um índice que caiu para 23% em 2023. Este número é particularmente impulsionado pela América do Norte, onde em 2020 foi possível demitir um funcionário sem citar uma causa em 64% das jurisdições norte-americanas, diminuindo para 36% em 2023.

Esta maior proteção oferece apoio aos funcionários, mas pode representar um desafio para as empresas, um processo demorado e caro. No entanto, também serve para aumentar a satisfação do trabalhador e, portanto, a retenção de funcionários. Com as empresas enfrentando escassez de habilidades em todo o mundo, manter os funcionários satisfeitos é mais importante do que nunca.



“As leis trabalhistas da África do Sul enfatizam a proteção aos direitos trabalhistas e o avanço da representação equitativa no local de trabalho. Isso adiciona exigências adicionais de compliance por meio da Equity Employment Act e um risco maior de disputas relacionadas a funcionários.”

Expert TMF África do Sul

Fatores que influenciam a necessidade de notificação

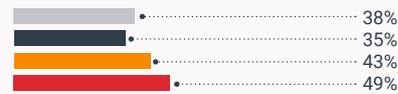
Tipo de contrato (de meio período ou temporário, por exemplo)



Tempo de serviço



Senioridade



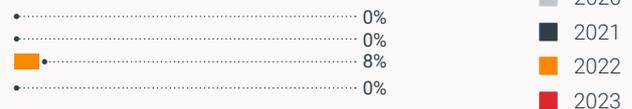
Setor em que a empresa atua



Salário



Localização (diferenças dentro da jurisdição)



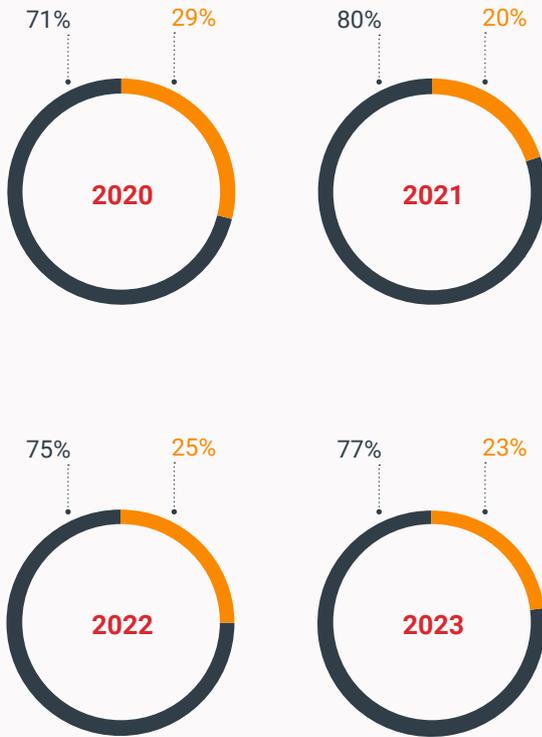
Por exemplo, a Nova Zelândia pode ser um local mais desafiador para atrair e reter talentos internacionais devido a verificações e procedimentos de imigração. Isso aumenta a complexidade para os empregadores, pois eles precisam apresentar documentos específicos para trabalhadores estrangeiros, mas permite que estes trabalhadores solicitem residência permanente com maior facilidade, oferecendo maior proteção e segurança. Esta medida pode tornar a Nova Zelândia atrativa para trabalhadores estrangeiros de maneira geral.

Embora o apoio aos funcionários possa gerar complexidade, benefícios aprimorados podem ajudar as empresas a combater a escassez de recursos e os desafios da retenção de talentos. Fornecer suporte e proteção adequados aos funcionários pode desenvolver uma força de trabalho mais feliz e saudável, o que pode tornar as organizações mais eficientes e bem-sucedidas.

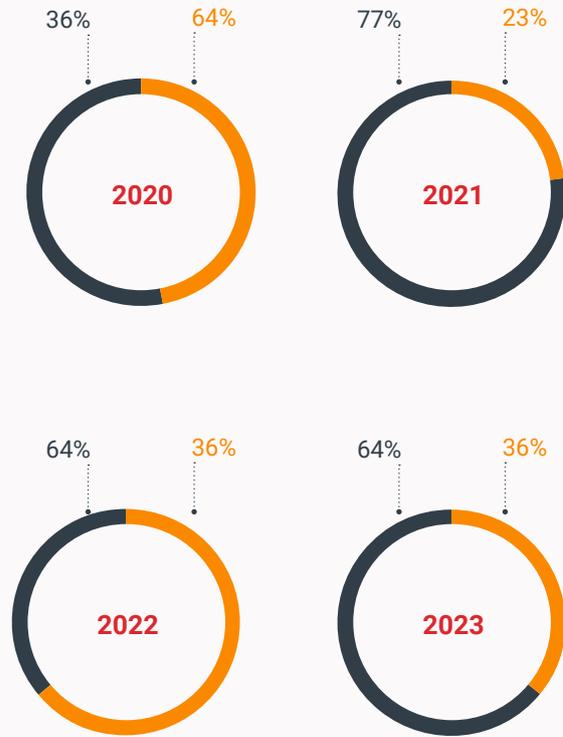


Demissão sem citar um motivo

Total



América do Norte



- Sim - o desligamento pode ser feito sem citar um motivo
- Não - o desligamento não pode ser feito sem citar um motivo

AS DEZ JURISDIÇÕES MENOS COMPLEXAS



2023

2022

69 ∨ Malta (67)

70 ^ Jersey (72)

71 ∨ Nova Zelândia (70)

72 ∨ Reino Unido (68)

73 – Ilhas Virgens Britânicas (IVB) (73)

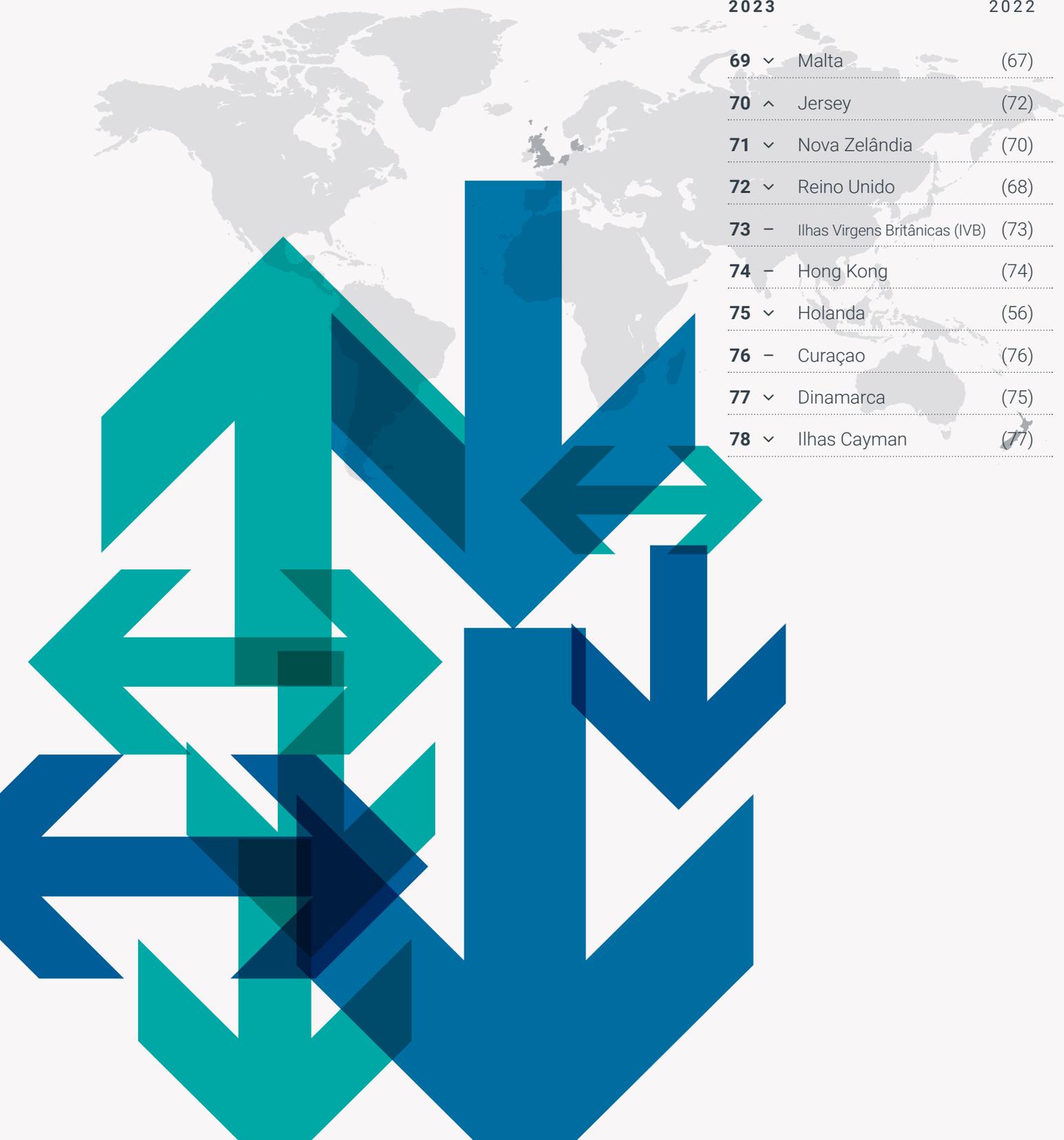
74 – Hong Kong (74)

75 ∨ Holanda (56)

76 – Curaçao (76)

77 ∨ Dinamarca (75)

78 ∨ Ilhas Cayman (77)





↓ 69 Malta

2022 (67)
2021 (64)

Malta é uma novidade na lista das dez jurisdições menos complexas para 2023. Ela é considerada uma jurisdição simples devido ao seu ambiente favorável aos negócios e atratividade para investimentos estrangeiros.

Como membro da UE, Malta segue as regulamentações de AML da UE, de acordo com o que é praticado por todos os outros estados membros. A adesão à UE também significa que Malta tem muito a oferecer às entidades de investimento, SPVs e empresas comerciais. Com uma generosa taxa de imposto corporativo e um sistema de reembolso, Malta é vista como um destino muito atrativo para o IED.

No entanto, para clientes de fora da UE, a legislação DAC6 pode ser uma área de compliance com a qual as empresas podem enfrentar dificuldades, devido à sua falta de familiaridade com o regulamento. Outro aspecto que cria alguma complexidade em Malta são as mudanças nas regras e regulamentos. Por exemplo, estão sendo introduzidas regras mais rígidas sobre o compartilhamento de informações internacionalmente, o que pode afetar a complexidade em Malta futuramente.

Os eventos geopolíticos recentes contribuíram para taxas de inflação mais elevadas, entre 5% e 7%. Além disso, Malta está enfrentando uma escassez de profissionais qualificados dentro da jurisdição, o que elevou os salários. Este fenômeno criou uma oportunidade para os trabalhadores estrangeiros ganharem mais, mas estes custos podem ser desafiadores para as empresas que ingressam em Malta.



“Como parte da UE, e analisando o sistema de imposto corporativo e de reembolso, Malta é vista como uma das jurisdições mais atrativas.”

Expert da TMF Malta

↑ 70 Jersey

2022 (72)
2021 (45)

Jersey permanece como uma das dez jurisdições mais simples do mundo. Isso é impulsionado pelo pequeno tamanho da jurisdição – com uma população de apenas 100.000 pessoas – e pelo compromisso e comunicação entre órgãos legislativos e industriais, como a Jersey Finance, que adotam uma postura de suporte e resposta à operação e incorporação dos negócios. Um exemplo disso é que a incorporação de empresas pode acontecer em menos de duas horas – um processo que pode levar meses em outros lugares.

Dentro de Jersey, os fundos e as indústrias de PWFO compõem uma parte significativa do cenário econômico. Os investidores conseguiram tirar proveito do enfraquecimento da moeda (GBP), impulsionada pela turbulência econômica no Reino Unido em 2022. Os investidores da APAC e de jurisdições que utilizam moedas mais fortes se beneficiaram desta volatilidade. Embora questões como a inflação possam ter um impacto global significativo, elas também geraram oportunidades para investidores e empresas. Jersey é capaz de atrair estes investidores devido ao seu ambiente corporativo estável e pelo seu sólido ambiente profissional.

Seu status de “ponto de atração” para investimentos estrangeiros contribuiu para que Jersey fosse uma das primeiras jurisdições a adotar os princípios e regulações de ESG. Com o surgimento de investidores mais jovens, que têm esperança de um futuro mais sustentável e equitativo, esta é uma tendência que só deve continuar dentro de Jersey.



“Jersey continua evoluindo e se tornando uma jurisdição de verdadeira baixa complexidade para se fazer negócios. Com um corpo industrial proativo de serviços legislativos, regulatórios e financeiros, ela é uma jurisdição simples na qual o capital financeiro pode ser investido com segurança.”

Expert da TMF Jersey

↓ 71 Nova Zelândia

2022 (70)
2021 (67)

À medida em que as eleições deste ano se aproximam, a Nova Zelândia está passando por um período de muita estabilidade. As únicas mudanças importantes no ano passado foram as que o governo implementou para dar suporte à economia após o auge da pandemia da Covid-19 e devido à inflação. A título de exemplo, o governo continuou subsidiando impostos sobre combustíveis para empresas e indivíduos. Algumas mudanças tributárias deverão ocorrer após as eleições, incluindo a redução da alíquota máxima para pessoas físicas.

Apesar da simplicidade da jurisdição, o processo de abertura de uma conta bancária pode gerar algumas dificuldades para empresas internacionais que estão incorporando e operando na Nova Zelândia. A legislação de KYC demanda encontros presenciais. Sua localização geográfica pode ser um desafio para os líderes empresariais que podem precisar fazer longos voos para cumprirem os procedimentos de KYC, de modo a colocar as finanças de sua organização em funcionamento.

No entanto, o governo neozelandês tem facilitado a obtenção do visto de residência permanente para trabalhadores internacionais na jurisdição e tem oferecido maior proteção aos funcionários que entram no país. Embora isso possa resultar em custos iniciais e em complexidade para executar as verificações necessárias, estas medidas indicam que a jurisdição está se tornando cada vez mais internacionalizada e aberta a trabalhadores estrangeiros e mais atrativa para IED.



“É muito simples operar na Nova Zelândia, no início ao fim do processo. As etapas estão todas descritas online e o suporte do governo é muito bom.”

Expert da TMF Nova Zelândia



↓ 72 Reino Unido

2022 (68)
2021 (53)

O Reino Unido desceu algumas posições no ranking deste ano entre as dez jurisdições mais simples para se fazer negócios. Após o Brexit, o que se apresenta é um ambiente estável e um apoio favorável da indústria por parte de consultores e grupos da indústria, tornando a jurisdição um local atrativo para se fazer negócios. Ainda existem regulamentos que o Reino Unido precisa finalizar no mundo pós-Brexit, um dos quais é relacionado ao IVA.

Apesar da simplicidade, as rigorosas verificações de KYC do Reino Unido aumentam o tempo necessário para abrir uma conta bancária ao abrir um negócio. A jurisdição também introduziu um novo registro para entidades estrangeiras que foi implementado no início de 2023, o que significa que qualquer pessoa que possua imóveis no Reino Unido que esteja no exterior pode enfrentar grandes penalidades por não-compliance. A guerra na Ucrânia foi o catalisador destas mudanças, uma vez que a autoridade tributária do Reino Unido impôs sanções a empresas e investidores russos.

O Reino Unido passou por uma grande turbulência política em 2022, impactando a economia em conjunto com uma alta taxa de inflação. No entanto, o ambiente político se acalmou um pouco e, nos próximos 12 meses, espera-se que o Reino Unido continue sendo um lugar simples para se fazer negócios. As autoridades locais são rígidas na implementação de novos fundos e regulamentos de mercados de capitais e estão alinhadas com as recomendações de ESG. Isso torna a jurisdição atrativa para investidores estrangeiros.



“O Reino Unido permanece sendo um importante mercado financeiro internacional que atende o mundo, com conexões com todos os principais mercados, juntamente com um conhecimento profundo e abrangente, e um pool de talentos. A base financeira e de consultoria do Reino Unido são inigualáveis em competitividade e acessibilidade.”

Expert da TMF Reino Unido





↔ 73 Ilhas Virgens Britânicas (IVB)

2022 (73)
2021 (72)

As IVB são, consistentemente, uma das jurisdições menos complexas para se fazer negócios, com a simplicidade e as necessidades corporativas globais profundamente enraizadas nos processos e princípios dentro da jurisdição. Por exemplo, os processos são altamente automatizados e a jurisdição prioriza o alinhamento com os padrões globais, para permitir que os negócios internacionais operem dentro de estruturas e abordagens conhecidas.

No entanto, em fevereiro de 2023, as IVB foram adicionadas à lista negra da UE de jurisdições não cooperativas para fins de fiscalização devido ao envio tardio da documentação necessária. A jurisdição está, de fato, alinhada com os padrões internacionais exigidos e atualmente aguarda que a UE revogue sua indicação à lista negra. Apesar dos desafios que esta classificação pode gerar, as empresas que operam nas IVB não estão muito preocupadas com isso. Elas sabem que a jurisdição é transparente e alinhada com os padrões, então esperam que os negócios voltem ao normal nos próximos meses.

A transparência das IVB e a segurança decorrente desta característica fazem com que a jurisdição continue sendo um local particularmente atrativo para PWFO e investidores de fundos, pois eles podem proteger ativos que podem estar em risco em jurisdições mais instáveis. Por exemplo, na América do Sul, os cenários podem ser instáveis devido a questões históricas de corrupção, hiperinflação e agitação política.



“As IVB são um pivô no IED internacional que gera independência sobre determinados países e suas leis e dá muita liberdade às empresas internacionais para estruturar suas atividades e patrimônios. Existe uma estrutura legal bem-organizada e de bom funcionamento que se alinha rigorosamente aos padrões internacionais estabelecidos pela OECD, entre outros.”

Expert da TFM Ilhas Virgens Britânicas

↔ 74 Hong Kong

2022 (74)
2021 (76)

Hong Kong prioriza o alinhamento internacional e a facilidade generalizada de se fazer negócios, tornando-se uma das jurisdições mais simples de se fazer negócios em 2023. Os processos contábeis e fiscais são bastante simplificados: o imposto sobre salários, por exemplo, opera em um sistema de níveis e não há medidas de IVA ou de previdência social vigentes.

Devido a relação de Hong Kong com a China, regulamentos de KYC mais avançados foram implementados, alinhando ambas as jurisdições. Embora esta medida possa causar complexidade inicial, ela simplifica a entrada no mercado chinês, o que é altamente desejável para muitas empresas internacionais.

Apesar de sua simplicidade, Hong Kong ainda depende de documentos impressos para certas transações e processos. Embora existam plataformas online disponíveis, as formas de trabalho manuais tendem a ser preferidas, o que pode desacelerar alguns aspectos da operação comercial. No entanto, espera-se que a digitalização seja adotada futuramente.

Outra mudança esperada é um maior foco em práticas de ESG. Recentemente, o governo de Hong Kong começou a trazer o assunto para as discussões políticas e há uma expectativa de que a legislação de ESG esteja sendo elaborada. Também é esperado um reforço da legislação em torno das criptomoedas, o que afetará os negócios deste setor.



“Hong Kong permanece sendo uma jurisdição com pontos fortes favoráveis para se fazer negócios. Sua infraestrutura permite o livre fluxo de mercadorias, capital, talentos e informações. Além disso, Hong Kong é bem conhecida por seu regime tributário simplificado e com baixas alíquotas tributárias.”

Expert da TFM Hong Kong

↓ 75 Holanda

2022 (56)
2021 (70)

Historicamente, a Holanda tem sido um lugar simples para se fazer negócios devido à sua flexibilidade arraigada a sua cultura empresarial, e se encontra de volta ao grupo das dez jurisdições mais simples para 2023. Incorporar e fazer alterações em uma estrutura ou empresa existente é algo simples e não há formalidades desnecessárias. Por exemplo, as empresas não precisam de aprovações regulatórias ou governamentais para serem incorporadas.

Este foco corporativo deve permanecer na Holanda, com o governo discutindo tornar mais processos digitais futuramente, como a introdução de um portal online para incorporação. Esta medida eliminaria a necessidade da presença de um notário durante o processo de incorporação, tornando a abertura de negócios ainda mais rápida para as organizações.

Apesar de sua simplicidade, algumas empresas que antes operavam na Holanda foram para outros locais que oferecem incentivos fiscais mais atrativos, como o Reino Unido e a Irlanda. São exemplos deste movimento tanto a Shell quanto a Unilever, que mudaram suas sedes para o Reino Unido nos últimos três anos.

Embora algumas organizações tenham buscado outros lugares, é provável que a Holanda continue sendo uma jurisdição altamente competitiva para o IED nos próximos anos.



“Quando as empresas estrangeiras vêm para a Holanda para iniciar suas operações, elas vêm para um país com uma vocação internacional acentuada. Mesmo em tempos difíceis e incertos como durante a pandemia global, a alta inflação e a guerra na Ucrânia, a Holanda tem se mostrado um país estável, resiliente e receptivo a investimentos estrangeiros.”

Expert da TFM Holanda

↔ 76 Curaçao

2022 (76)
2021 (73)

Curaçao continua sendo uma das jurisdições mais simples para operar e incorporar negócios em todo o mundo devido à sua estabilidade, apesar do ambiente geopolítico agitado, e de um foco em promover simplicidade ano após ano. Por exemplo, a autoridade tributária de Curaçao tomou medidas no ano passado para acelerar e simplificar os processos, bem como para eliminar os atrasos gerados pela pandemia da Covid-19. Isso tornou Curaçao mais atrativo para receber investimentos do que nos anos anteriores e gerou novas oportunidades.

A abertura de uma conta bancária é o aspecto mais complexo da incorporação, pois os bancos tendem a evitar riscos e, portanto, precisam garantir que o capital seja legítimo. Esta característica está de acordo com a tendência global de maior foco em regulamentações de transparência, como o KYC. Investidores e empresas antecipam estas verificações, portanto, não é incomum para as organizações e indivíduos que entram em Curaçao.

Devido às suas conexões com a Holanda e sua configuração para o trabalho remoto, Curaçao tem atraído um número crescente de nômades digitais nos últimos anos. Os jovens empreendedores, em particular, estão aproveitando os preços mais baixos dos imóveis e outros benefícios que Curaçao oferece. Somado à flexibilidade que é decorrente do trabalho remoto, é provável que Curaçao continue atraindo trabalhadores estrangeiros nos próximos anos.



“Curaçao é um porto seguro para investir na América do Sul. Não é um lugar particularmente complexo, desde que você tenha o conhecimento certo para ajudá-lo a se estabelecer. O único aspecto que pode gerar maior complexidade é a abertura de uma conta bancária.”

Expert da TFM Curaçao



↓ 77 Dinamarca

2022 (75)

2021 (77)

Subindo uma posição com relação ao terceiro lugar registrado em 2022, a Dinamarca agora é a segunda jurisdição mais simples para se fazer negócios. Seu processo simplificado de incorporação para empresas, juntamente com a estabilidade política, social e econômica, a torna uma jurisdição muito atrativa. A Dinamarca não apenas continua implementando as regulamentações da UE, mas também é geralmente o primeiro país da UE a adotá-los, de modo que as novas exigências são rapidamente integradas.

Como observamos globalmente, a alta inflação na Dinamarca afetou as empresas que operam localmente. Devido a pressões econômicas, algumas empresas suspenderam atividades como a expansão ou deixaram a jurisdição, embora esta seja uma tendência observada também nas jurisdições vizinhas, como Suécia e Noruega. As pressões inflacionárias também estão afetando o mercado de trabalho, onde algumas empresas não conseguem encontrar ou contratar os funcionários desejados.

A Dinamarca está empenhada em observar e promover as exigências de ESG. No próximo ano, um novo regulamento relacionado à igualdade de gênero para composição do corpo diretivo será implementado. Atualmente, as exigências de ESG estão focadas em empresas maiores, no entanto, empresas menores também estão implementando ações para ficarem mais alinhadas devido a sua importância local.



“A Dinamarca é um país muito igualitário com relativamente pouca diferença entre ricos e pobres, e um grande foco na mistura de gênero e direitos iguais para mulheres e homens. Acho que as empresas e as pessoas na Dinamarca estão muito conscientes com relação às práticas de ESG em geral.”

Expert da TFM Dinamarca

↓ 78 Ilhas Cayman

2022 (77)

2021 (75)

As Ilhas Cayman continuam sendo a jurisdição menos complexa no GBCI, apresentando padrões de incorporação e de contabilidade e impostos que tornam consideravelmente simples estabelecer e operar um negócio localmente. Os reguladores nas Ilhas Cayman adotam uma abordagem de “menor interferência” e a regulamentação em si é transparente e objetiva. Em comparação com as jurisdições onshore, onde há complexidade gerada pelos impostos e órgãos profissionais e reguladores mais desenvolvidos, as jurisdições offshore podem ser beneficiar de uma maneira mais fácil de se fazer negócios.

Nos últimos anos, houve uma mudança importante em direção à adoção dos requisitos globais de compliance regulatório, como de UBO, AML, FATCA e CRS. As empresas nas Ilhas Cayman agora estão bem conscientes destas exigências e lidar com elas tornou-se uma tarefa habitual para muitas empresas multinacionais.

Apesar de sua simplicidade, existem alguns desafios para novos clientes que operam nas Ilhas Cayman e que não são acostumados com jurisdições offshore. Por exemplo, as empresas podem se surpreender com o nível de detalhamento exigido para fins de KYC e AML, tornando o processo de abertura de conta bancária mais rigoroso. No entanto, este nível de regulamentação alimenta a estabilidade da jurisdição e sua posição como um centro financeiro global.



“As Ilhas Cayman estão muito à frente em comparação com o resto do mundo quando se trata de legislação regulatória e de compliance.”

Expert da TFM Ilhas Cayman

CONCLUSÃO

A turbulência geopolítica e econômica pode ter um impacto significativo na forma como as empresas operam globalmente. Desde 2020, a confiança na futura estabilidade econômica das jurisdições vem diminuindo, com eventos como a guerra na Ucrânia e a inflação global generalizada apenas intensificando esta queda de confiança. O ambiente atual está afetando os negócios de diferentes maneiras: na interrupção das cadeias de suprimentos, no aumento dos custos comerciais e na escassez de mão de obra qualificada, para citar alguns.

As empresas podem estar repensando seus investimentos globais e as estratégias operacionais como resultado da turbulência dos últimos doze meses. O custo local e as pressões inflacionárias, juntamente com o impacto de outros fatores, como as sanções à Rússia, indicam que há muito mais em jogo do que no início de 2022, quando os negócios estavam, de maneira geral, otimistas ao emergir da Covid-19.

Também há uma expectativa de que a legislação de compliance global fique cada vez mais rígida como resultado das tensões geopolíticas. As regulamentações de compliance, como KYC e UBO, são mais importantes do que nunca, demonstrando a necessidade de maior transparência e compreensão de quem exatamente está investindo nas jurisdições. Isso está gerando um impacto na expansão dos negócios, com metade das jurisdições (48%) prevendo que algumas empresas repensarão suas metas devido ao aumento das obrigações regulatórias.

As empresas não apenas precisam estar cientes dos regulamentos mais rigorosos de compliance, mas também da probabilidade de que terão que estar em compliance com as regras de ESG cada vez mais exigentes. Ainda que promover medidas que impulsionem o lucro seja fundamental, as práticas de ESG estão se tornando cada vez mais influentes no cotidiano das grandes corporações. Embora este foco em ESG possa gerar alguma complexidade para os negócios, ele também abre novas possibilidades para formas de trabalho mais sustentáveis e éticas.

É mais importante do que nunca que as empresas estejam atualizadas com relação a estas demandas crescentes por relatórios. Juntamente com um ambiente econômico desafiador, as empresas precisam de parceiros e consultores que possam ajudar a lidar com as regras e regulamentos que mudam rapidamente. Estar preparado para os desafios futuros pode ajudar a garantir o sucesso ao fazer negócios internacionalmente.



Olhando para o futuro



METODOLOGIA

O Índice Global de Complexidade Corporativa foi criado pela TMF Group, os experts em complexidade empresarial global e local, e o Savanta, uma agência especializada em pesquisa de mercado. Combinando o conhecimento específico do assunto com uma base de dados e análises sólidos, o GBCI 2023 baseia-se em uma robusta pesquisa multimétodo. O índice é gerado a partir de uma análise aprofundada dos especialistas em mercado da TMF Group em 78 jurisdições, e os dados também são comparados aos resultados da pesquisa utilizados no Relatório GBCI do ano passado.

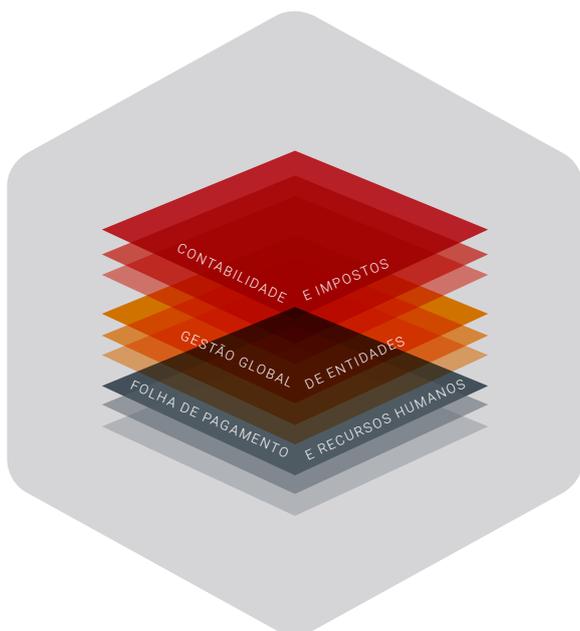
A pesquisa abrange três áreas de atuação da empresa:

- Contabilidade e impostos
- Gestão global de entidades
- Folha de pagamento e recursos humanos

Os dados para cada jurisdição foram estatisticamente ponderados e combinados para produzir uma pontuação de complexidade geral, bem como uma pontuação em cada uma das três áreas. Os gráficos são baseados nos resultados da pesquisa ao longo de 2020, 2021, 2022 e 2023. Aqueles que responderam “não sei” na pesquisa foram excluídos da análise e dos gráficos.

Sobre o Savanta

Savanta (www.savanta.com) é uma empresa de dados, pesquisa e consultorias em rápido crescimento. Nós informamos e inspiramos mudanças por meio da coleta de dados e análises de última geração em uma variedade de setores.





GLOSSÁRIO

AML	Anti-lavagem de dinheiro refere-se a um conjunto de leis e regulamentos que visam impedir os criminosos a reivindicar fundos ilícitos como renda legítima.	GDPR	O Regulamento Geral de Proteção de Dados é uma lei da União Europeia que estabelece regras para a proteção dos dados pessoais dos cidadãos da UE.
BEPS	Erosão de base e transferência de lucros refere-se a estratégias de evasão fiscal utilizadas pelas multinacionais, e as regulamentações da OECD utilizadas para combatê-las.	ESG	Environmental, social and governance (Práticas Ambientais, Sociais e de Governança). Uma estrutura destinada a compreender como uma organização gerencia riscos e oportunidades em torno de questões de sustentabilidade.
CRS	O Common Reporting Standard é uma iniciativa da OECD para combater a evasão fiscal. As jurisdições participantes devem exigir que as instituições financeiras em suas jurisdições divulguem anualmente informações sobre as contas financeiras mantidas com eles por residentes estrangeiros, e exigir que a autoridade regulatória local relevante troque informações relevantes com o país de residência do titular da conta.	IFRS	As International Financial Reporting Standards são um conjunto de normas globais emitidas pela fundação IFRS e pelo International Accounting Standards Board.
Substância econômica	A substância econômica é um princípio em imposto internacional que determina que um nível justo de atividade econômica local deve existir para que uma empresa possa reivindicar residência fiscal em uma jurisdição específica, e que a implantação deve existir nessa jurisdição para uma finalidade mais significativa do que apenas a redução da dívida tributária.	Incorporação	A incorporação refere-se ao processo de se estabelecer uma nova entidade jurídica.
FATCA	O Foreign Account Tax Compliance Act é uma lei federal americana que exige que as instituições financeiras estrangeiras divulguem as contas financeiras de seus clientes que sejam cidadãos americanos ou entidades controladas por americanos, sob pena de retenção substancial de imposto de renda na fonte em todos os rendimentos oriundos dos EUA.	OECD	A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional que tem como objetivo promover o comércio global.
		PSC	A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional que tem como objetivo promover o comércio global.
		UBO	O “proprietário beneficiário final” refere-se a uma pessoa física que direta ou indiretamente possui ou controla uma participação significativa em uma entidade ou acordo. A definição exata de UBO e o que constitui interesse significativo varia de acordo com as leis de diferentes jurisdições.

Embora tenhamos tomado medidas razoáveis para fornecer informações precisas e atualizadas nesta publicação, não damos qualquer garantia ou representação, expressa ou implícita, a este respeito. As informações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. As informações contidas nesta publicação estão sujeitas a mudanças legais (fiscais) em diferentes jurisdições em todo o mundo.

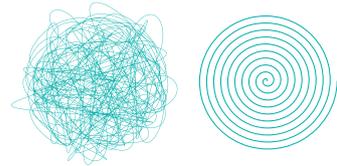
Nenhuma das informações contidas nesta publicação constitui uma oferta ou solicitação de negócios, uma opinião relativa a nossos serviços, uma recomendação para engajar em qualquer transação ou nos obrigar sob uma perspectiva jurídica, fiscal, financeira, de investimentos ou como consultores contábeis. Nenhuma ação deve ser tomada com base nestas informações sem prévia consulta a um profissional independente. Nós não nos responsabilizamos por quaisquer perdas ou danos que venham a acontecer como resultado de seu uso ou convicção quanto às informações aqui contidas.

Esta é uma publicação da TMF Group B.V., P.O. Caixa 23393, 1100 DW Amsterdã, Holanda (contact@tmf-group.com). A TMF Group B.V. faz parte da TMF Group, que consiste em um grupo de empresas em todo o mundo. Qualquer empresa do grupo não é um agente registrado de outra empresa do grupo. Uma lista completa dos nomes, endereços e detalhes do estatuto jurídico das empresas estão disponíveis em nosso website: www.tmf-group.com.



SOBRE A TMF GROUP

NÓS TORNAMOS UM MUNDO COMPLEXO SIMPLES



Um mundo de serviço local

A TMF Group é uma provedora líder de serviços de suporte administrativo, ajudando clientes a investir e operar com segurança em todo o mundo.

Nossos 9.100 especialistas distribuídos por 120 escritórios em 85 jurisdições ao redor do mundo atendem empresas, instituições financeiras, gestores de ativos, clientes privados e family offices, fornecendo a combinação de serviços de contabilidade, impostos, folha de pagamento, administração de fundos, compliance e gestão de entidades, essenciais para o sucesso empresarial global.

Sabemos como desbloquear o acesso aos mercados mais atrativos do mundo – por mais complexos que sejam – de maneira rápida, segura e eficiente. É por isso que mais de 60% das Fortune Global 500 e FTSE 100 e quase metade dos 300 principais fundos de private equity trabalham conosco.

Nosso modelo exclusivo de entrega global, sustentado por nossas plataformas digitais inovadoras, significa que podemos cobrir setores diversos como mercados de capitais, private equity, imobiliário, farmacêutico, de energia e tecnologia, com especialistas nestas áreas fornecendo suporte local.

Com um crescimento médio anual de 8% desde 2013, a TMF Group é uma parceira confiável e segura. Operando através de uma ou várias fronteiras, com um pequeno grupo ou milhares de funcionários, temos o suporte fundamental para que você precisa para sua empresa crescer, operar e se desenvolver enquanto permanece em compliance em todos os lugares.

www.tmf-group.com

